



- ▷ **Estudo da Católica viu à lupa as contas de 565 IPSS e equiparadas**
- ▷ **Os gastos com o pessoal nas instituições é da ordem dos 60 por cento**
- ▷ **Em três de cada quatro freguesias portuguesas há equipamentos sociais**
- ▷ **As IPSS estão num colete-de-forças demasiado apertado**
- ▷ **Nas IPSS e equiparadas cada euro é multiplicado por quatro**

AMÉRICO MENDES, COORDENADOR DO ESTUDO «IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS»

Comparticipação do Estado representa apenas 40% dos rendimentos das IPSS



TOMAR
Ampliação do lar residencial é a grande prioridade do CIRE



BEJA
Construção de edifício de raiz é a solução ideal para a Nobre Freire



APCC
Triciclista Sandra Semedo com brilho dourado nos Jogos Mundiais

José Leirião
Membro da CNIS



A população economicamente inactiva

A humanidade viveu, até agora, três revoluções industriais desde o Sec XVIII. A primeira introduziu a máquina a vapor, passou pela segunda caracterizada pelo uso da eletricidade e da produção em massa, em seguida a terceira, que teve como referência a tecnologia e a automação, chegando agora à quarta, a da era digital, que se caracteriza pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas. As revoluções industriais não afetam somente a tecnologia, ao longo da história transformaram sistemas económicos, políticos, educacionais, sociais e ambientais conduzindo a ajustamentos da sociedade criando ganhadores e perdedores, mas sempre conduziu à prosperidade para a sociedade em geral, através de um ajustamento no mercado de trabalho entre oferta procura e trabalho ao longo do tempo. As novas gerações sempre usufruíram de melhores condições gerais de vida e acesso aos serviços básicos que os seus pais.

No entanto, a terceira revolução industrial em conjunto com a globalização, trouxe uma novidade, que foi a de que, os sistemas económicos deixaram de criar empregos suficientes para ajustar a oferta à procura de emprego, agravado também pelo persistente desencontro entre as competências requeridas pelas empresas e instituições, como a educação (competências interpessoais (*soft skills*) e formação tecnológica dos recursos humanos para fazer face à variedade e complexidade do mercado de trabalho, conduzindo ao aumento crescente da taxa de desemprego, principalmente desde o início do Sec XXI, apesar da criação de políticas activas de emprego e do fomento do empreendedorismo.

Ficou muito aquém do necessário o resultado do esforço no desenvolvimento de parcerias entre empresas, associações patronais, sindicatos e universidades com o objectivo de ajustar o nível de competências às mudanças tecnológicas, pois em vários Estados Membros da EU ainda existem milhares de ofertas de emprego por preencher em resultado do desfasamento na oferta e procura, no tempo, na qualidade e actualidade das competências a adquirir pelos trabalhadores. Este desequilíbrio afecta negativamente a produtividade, a competitividade e o crescimento potencial.

Ao mesmo tempo foram sendo criadas 'barreiras ao emprego' que conduziram à exclusão de muitos milhares de cidadãos, que se encontram em idade da 'população activa' (15-64 anos) salientando-se o desemprego de longa duração da juventude e também o elevado número de jovens e outros trabalhadores com nenhuma e/ou ligação frágil ao mercado de trabalho, isto é a "**população economicamente inactiva** (também conhecida por NEET) "**não estão a**

trabalhar, não estão a procurar emprego e/ou não estão disponíveis para trabalhar".(definição da OIT).

As maiores vantagens, decorrentes da 4ª revolução são captadas pelos trabalhadores capazes de se adaptar aos requisitos de uma nova (mais rápida e complexa) economia e de um novo mercado laboral. Certamente, **muitos irão ficar para trás e para esses é necessário o apoio adequado evitando que caiam na pobreza e privação material ou em 'situação de sem abrigo', devendo os governos dos Estados Membros da EU criarem uma actividade que se ajuste às suas capacidades e evitar a sua marginalização e exclusão da sociedade, sendo necessário começar desde já concentrar atenções em preparar a actual população NEET e as próximas gerações para permitir um ajuste concertado entre oferta e procura** no mercado de trabalho. A relação humano-robot está cada vez mais presente e tem de ser adequadamente incorporada no dia-a-dia das pessoas enquanto cidadãos e trabalhadores. O desafio mais importante que temos hoje é garantir que essas oportunidades sejam distribuídas de modo equitativo.

As pessoas em idade activa de trabalho (15-64 anos) com nenhuma ou fraca ligação ao mercado de trabalho enfrentam várias barreiras ao emprego, que as impede de estarem completamente comprometidas nas actividades de emprego. Um entendimento rigoroso e profundo destas barreiras é um pre-requisito para desenhar e implementar as políticas adequadas de intervenção no mercado de trabalho de forma a que as mesmas sejam bem orientadas e devidamente adaptadas às circunstâncias dos diferentes destinatários.

Os três tipos de barreiras mais comuns são:

1 - Insuficientes competências relacionadas com o trabalho (por exemplo: *ausência de aptidão; experiência de trabalho, responsabilidades de cuidados familiares e limitações devido a doença*)

2 - Inexistência de incentivos financeiros para trabalhar e procurar um bom emprego (por exemplo: *baixo potencial do salário, benefícios de desemprego relativamente generosos, acesso a elevado nível de salário independente do seu próprio esforço no trabalho ou elevado salário de outro elemento da família*)

3 - Escassas oportunidades de trabalho (por exemplo: *escassez de oferta no segmento de trabalho relevante devido a factores e choques cíclicos; inadequação de competências, discriminação; mercados trabalho duplos ou outras fricções/atritos no mercado de trabalho*) **(8)**

De acordo com as estatísticas indicadas no

estudo da OCDE a composição da população inactiva com dificuldades no mercado de trabalho em média nos seis Estados Membros sujeitos ao estudo (Portugal, Estónia, Irlanda, Itália, Lituânia e Espanha) é a seguinte:

- a) 27% persistentemente sem trabalho
- b) 12% fraca ligação ao mercado de trabalho
- c) 61% sem dificuldades de maior em encontrar emprego

Nota: Universo: 100% da população em idade de trabalhar 15-64 anos

Fonte: OCDE. (*Estudo Joblessness2017*)

É imperativo que a Comissão e o Conselho Europeu desenhem uma estratégia e respectivo plano de acção incorporando as medidas necessárias para que os agentes económicos adquiram as capacidades técnicas e de gestão adequadas para prosperar num novo ambiente de trabalho criado pela 4ª revolução industrial, entre essas medidas:

▷ Identificar as causas do 'desencontro' entre competências requeridas pelas empresas (oferta de trabalho) e o nível de competências detido pelos trabalhadores (procura de trabalho)

▷ Desenvolver estratégia para eliminar/reduzir significativamente essa discrepância

▷ Reforço do financiamento ao investimento em inovação, em especial às PME's com o objectivo de incentivar a inovação, a produtividade e a competitividade

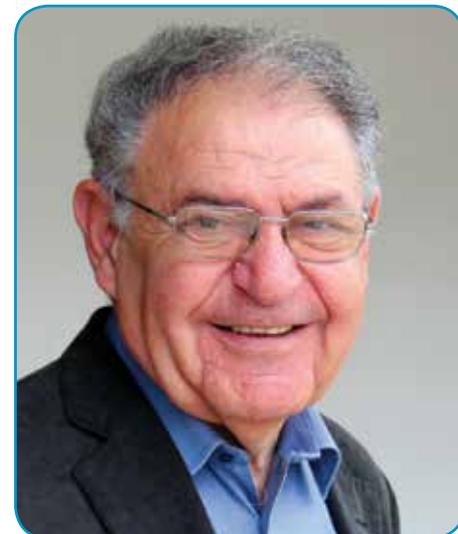
▷ Fomentar parcerias entre empresas e instituições europeias para a cooperação e partilha de 'know how',

▷ Políticas activas de emprego que beneficiem a contratação dos trabalhadores menos qualificados em actividades que dispensem elevadas capacidades técnicas e em sectores em que os requisitos de digitalização sejam menores ou dispensáveis, ex: no sector social solidário

▷ **Criação de empregos nos Municípios adequados às qualificações dos trabalhadores economicamente inactivos aí residentes**, isto é inverter a lógica vigente: criar empregos de acordo com as competências das pessoas em situação de 'economicamente inactivas' e melhorar o seu desempenho através de cursos formação adequada e não o contrário.

▷ Criação de ambiente favorável ao reforço do 'diálogo social' ao nível de empresa e nacional (parceiros sociais).

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Casas do Povo

1. As Casas do Povo foram criadas no regime do “Estado Novo” pelo Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de setembro de 1933, como peça chave da organização corporativa do trabalho rural. Funcionavam como organismos de cooperação social, dotados de personalidade jurídica, destinando-se a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais, bem como a assegurar tanto a representação profissional como a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores agrícolas. Assumiram, também, a função de realizar a previdência social de todos os residentes na sua área de atuação.

A área de atuação territorial de cada Casa do Povo, como norma, seria correspondente a uma ou mais freguesias, dentro de um concelho. Agrupavam-se em federações regionais e estas, por sua vez, na Corporação da Lavoura. O Estado apoiava as Casas do Povo e velava pelo prosseguimento dos seus fins através da Junta Central.

Paralelamente, com fins semelhantes, também foram criadas as Casas dos Pescadores em povoações com elevada atividade marítima.

A partir de 1982 e de acordo com a Lei n.º 4/82, de 11 de janeiro, as Casas do Povo passaram a ter o estatuto jurídico de pessoas coletivas de utilidade pública, de base associativa, tendo como finalidade o desenvolvimento de atividades de carácter social e cultural e a cooperação com o Estado e com as autarquias locais, com vista à resolução de problemas que afetem a população local.

Atualmente, entre outras, as atividades das Casas do Povo consistem, principalmente, no apoio a idosos e a crianças, na ocupação dos tempos livres e na promoção do convívio entre a população, com a organização de equipas e de torneios desportivos para as crianças e jovens e com a realização de feiras e de atividades culturais, musicais e lúdicas.

Estando equiparadas a IPSS, um conjunto de 41 Casas do Povo (ou seja, 39,05% das atualmente existentes) integram a CNIS.

O “Dia Nacional das Casas do Povo” celebra-se a 11 de setembro...

2. As IPSS, entre as quais estão algumas Casas do Povo, constituem uma rede de capilaridade que cobre todo o território nacional, sendo as entidades que, numa escala de proximidade, mais acompanham as pessoas, as famílias e as comunidades.

A recente alteração administrativa do mapa do País, nomeadamente através do processo de fusão de freguesias – aumentando a escala territorial, mas afastando o núcleo da periferia –, reforçou essa característica das Instituições,

que deixaram de ter concorrência, na esfera da organização pública, nessa aproximação aos cidadãos. Em muitas localidades, do ponto de vista do emprego e dos cuidados à população, são ainda elas que mantêm a viabilidade, mesmo que precária, dessas comunidades.

As IPSS são sensíveis ao processo de desertificação do País, ao abandono do interior pelas populações, ao envelhecimento dessas comunidades, ao encerramento de serviços públicos, simultaneamente causa e consequência dessa desertificação humana da periferia interior de Portugal.

A CNIS encara, com sentido patriótico, um modelo diferenciado e assimétrico de cooperação entre as IPSS e os vários serviços, públicos ou de interesse geral, assente em formas contratualizadas caso a caso, de maneira a que tais instituições possam assegurar a prestação de serviços que deixaram de ser prestados pelos seus prestadores típicos.

Recordando que muitas IPSS estão abertas durante todo o dia e mesmo durante a noite, a título de mero exemplo, é possível a manutenção de um balcão de receção e distribuição de correspondência em caso de extinção de uma estação dos CTT, ou, e ainda a título de exemplo, a promoção da literacia ou, em caso de encerramento de um centro de saúde, a eventual prestação de cuidados de enfermagem, de atendimento clínico ou possíveis colheitas de sangue para análise nas suas instalações.

Para tanto, seria mister que os Serviços do Instituto da Segurança Social abandonassem a conceção de quadros de pessoal das IPSS

espartilhados e vinculados exclusivamente por resposta social, viabilizando a gestão dos recursos humanos de forma flexível, compatível com a natureza diferenciada de novas eventuais competências ou atribuições.

3. Ainda nesta perspetiva, as IPSS encaram como área de expansão das suas atividades programas e ações promotoras do desenvolvimento social local, nos termos que vierem a ser definidos no próximo Quadro Comunitário de Apoio, em iniciativas portadoras de princípios de inovação social, no sentido de restituição de vitalidade ao interior do País.

De certa forma, o modelo de funcionamento de novas competências neste quadro, poderia replicar um modelo de arreigada tradição nos meios rurais, no interior do País, que ainda subsiste em algumas comunidades e que detém um perfil de largo espectro no elenco das suas atividades: as Casas do Povo.

Não se trataria de reconstituir, com autonomia jurídica, esse pretérito organismo corporativo, mas de configurar uma matriz de funcionamento de um estabelecimento atípico, no seio de uma IPSS existente – não como uma espécie de sucursal, ou delegação, dos serviços públicos, mas para o exercício de competências próprias, por atribuição legal ou por contratualização.



A PROPÓSITO DAS RECENTES NOTÍCIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA

CNIS esclarece posição sobre creches e lares de idosos

O final do mês de agosto trouxe novamente as IPSS para a ribalta a propósito de duas reportagens publicadas, em dias seguidos, pelo Jornal de Notícias, a primeira versando o problema da falta de vagas em creche e a segunda sobre o encerramento de 56 lares de idosos ilegais.

No caso das creches, o trabalho jornalístico dava à estampa que metade das crianças até aos três anos não têm vaga, apesar do aumento da capacidade instalada por parte das IPSS.

Segundo os números apresentados na Carta Social, e citados pelo JN, em 2016 existiam 118 mil vagas em creches, das quais 74.340 em instituições sociais e 43.660 em entidades privadas.

Em abril deste ano, segundo dados do Instituto da Segurança Social, também citados pelo jornal, o total de vagas diminuiu para 114.108, das quais pouco mais de 87.200 mil em instituições do Sector Social Solidário e quase 27 mil em privados.

Apesar do aumento de capacidade por parte das IPSS, o encerramento de 26% das creches privadas acabou por retrainar o número global de vagas.

O problema de falta de vagas em creche tem estado há muito nas preocupações das IPSS e Filomena Bordalo, assessora da CNIS, identifica a base do mesmo.

“Este desencontro entre a oferta e a procura não é só explicado pela quebra da natalidade. Esta contribui, mas não é essa a explicação, que tem mais que ver com erros de planeamento”, afirmou à Antena 1, acrescentando: “Há zonas com capacidade instalada em que as IPSS têm essa capacidade instalada para creche e que não está totalmente ocupada, como também há outras zonas com défice de oferta face às necessidades dos pais em colocar os seus filhos em idade de creche [dos quatro meses aos três anos]. E este desencontro entre a oferta e a procura dá origem a estes problemas”.

Por outro lado, em declarações à Rádio Renascença, Filomena Bordalo disse: “As IPSS têm capacidade para responder com flexibilidade, sem perder a qualidade e o objetivo de melhoria contínua, e criar mais lugares em creche. Para isso, é necessário que haja também, da parte das entidades que têm esta responsabilidade, nomeadamente a Segurança Social, flexibilidade e abertura, também em termos de acordos de cooperação. Estou em crer que o problema poderá ter uma solução se todos, em termos de parceiros, nos sentarmos à mesma mesa”.

Quanto a contactos da Segurança Social com as IPSS para responder à falta de vagas nas creches, Filomena Bordalo voltou a declarar a disponibilidade da CNIS para encontrar soluções.

“Os contactos nunca são de mais”, considerou, defendendo que, “perante situações concretas e específicas” esses contactos devem ser “intensificados” e “aprofundado este espírito de parceria”.

A assessora da CNIS defendeu ainda que é necessário fazer um melhor planeamento, que deve contar com quem está no terreno, avançando ainda que a CNIS está disposta a colocar este assunto das creches na agenda da próxima reunião da Comissão Nacional de Cooperação.

Já no dia seguinte (28 de agosto), o JN chamava à primeira página o encerramento de 56 lares de idosos ilegais.

Para melhor se conhecer a posição da CNIS



sobre esta matéria, o SOLIDARIEDADE transcreve as respostas que o presidente padre Lino Maia deu a um questionário do Jornal de Notícias e que serviu de base a parte da reportagem.

«JN - Qual a razão, na sua opinião, para haver um elevado número de lares de idosos encerrados pelo Instituto da Segurança Social (ISS) devido a situações ilegais?»

Padre Lino Maia - Convém sublinhar que não há notícia de Lares de Idosos de IPSS clandestinos ou encerrados e que há muitos Lares de Idosos lucrativos muito bons e convenientemente legalizados. Quando se fala de Lares de Idosos encerrados, fundamentalmente, está-se a falar de Lares de Idosos do sector privado, lucrativos e muitas vezes clandestinos. São várias as razões para haver um elevado número de Lares de Idosos encerrados pelo ISS devido a situações ilegais: clandestinos, ou não clandestinos, que não respeitam as condições necessárias. Mas se proliferam os Lares de Idosos clandestinos ou não clandestinos é porque o ‘mercado’ com Idosos compensa. Muitas vezes os idosos precisam de serviços que as famílias não têm condições de prestar. E nem sempre as famílias respeitam os seus idosos. Para além de não ser nem fácil nem, provavelmente, ajustado o processo de legalização dos Lares de Idosos.

JN - Como classifica a fiscalização a este tipo de equipamentos sociais?»

PLM - Parece desajustado e desenquadrado o processo de fiscalização dos equipamentos sociais para idosos. Por um lado, parece haver uma excessiva fiscalização dos Lares de IPSS, legalizados, e que cumprem as melhores condições e prestam os melhores serviços. Sobre estes há um excessivo zelotismo como que para ‘mostrar competência, eficácia e serviço’. Por outro, deixa-se proliferar os Lares de Idosos clandestinos, que parece querer-se ignorar até porque é grande a pressão de famílias para terem acesso a Lares e os legalizados não serem suficientes...

JN - Que medidas podiam ser implementadas para evitar a existência de lares de idosos ilegais ou que não cumprem a lei?»

PLM - Primeiramente, há que sustentar uma

cultura de responsabilização das famílias: o Lar de Idosos não é certamente nem a primeira opção nem, muitas vezes, a mais ajustada para que os idosos vejam respeitados os seus direitos e reconhecida a sua dignidade. Eles que, com mais ou menos anos, têm a dignidade de pessoas que o são sempre e têm de ser respeitados como o merecem. Naturalmente, também no seu direito de passarem os seus dias (que muitas vezes são poucos para a sua vontade de viver e os últimos) entre as paredes e os afetos que ergueram e alimentaram ao longo das suas vidas. O Lar é uma última instância de recurso depois da família, dos centros de dia, dos apoios domiciliários e dos centros de noite. Mas o Lar só é recurso quando aí melhor se pode resguardar a dignidade do idoso e proteger os seus direitos.

JN - Como classifica a actual situação do Sector?»

PLM - O Sector Solidário, que é este conjunto de associações, centros sociais paroquiais, cooperativas, fundações, institutos de organização religiosa, misericórdias e mutualidades, que são as Instituições Particulares de Solidariedade Social na sua grande capilaridade, caridade, cidadania, envolvimento, gratuidade, solidariedade e subsidiariedade, é um sector de competência, envolvimento, inovação e qualidade e é um pilar fundamental do Estado Social. Reconhece e respeita o sector lucrativo. Mas porque o Sector Solidário é o sector em que a pessoa toda e todas as pessoas são o seu caminho e porque tem uma opção preferencial pelos mais carenciados, quer que o Estado cumpra as suas funções, nomeadamente o dever de o apoiar convenientemente. Espera, também, que o Estado cumpra a sua função de salvaguardar os direitos das pessoas e de afastar quantos ousam locupletarem-se à custa da fragilidade».

Sobre as reportagens em questão, João Dias, presidente-adjunto da CNIS, mostra-se descontente com “a falta de rigor com que determinadas matérias são tratadas” por alguma Comunicação Social, sublinhando que “é falso que as IPSS estejam isentas de impostos”, ao contrário do que é dito numa delas.

CONSELHO GERAL

Regularizar quotas é uma questão de justiça

«Quotizações/CNIS» foi o único ponto da ordem de trabalhos do Conselho Geral da CNIS, que no passado dia 10 do corrente decorreu em Fátima, até porque é um assunto que há muito preocupa os dirigentes da CNIS e das Uniãoes Distritais.

Esta é uma questão candente na vida da CNIS e das Uniãoes Distritais, e também das próprias IPSS associadas, porque tem implicações de variada ordem.

Logo à cabeça, e como frisou o presidente do Conselho Fiscal da CNIS, Lacerda Pais, trata-se de “fazer cumprir os estatutos”.

“Isto não pode continuar, porque, para além do valor em causa, é uma exigência dos estatutos, o que pode ter implicações nos cadernos eleitorais”, asseverou o dirigente.

Em causa está a falta de pagamento de quotas por parte das IPSS e todas as implicações que isso tem, sendo que se aproxima um ato eleitoral.

Para os conselheiros é “uma questão de justiça” e de “equidade” entre os associados, pois a realidade mostra que algumas instituições beneficiam dos serviços e informações prestados pela CNIS... mas nem todos pagam por isso.

Atualmente, pelos números apurados pelo Conselho Fiscal, presidido por Lacerda Pais, as dívidas relativas a quotas das Uniãoes Distritais à CNIS é da ordem dos 90.000 euros.

No entanto, diga-se, a responsabilidade não é, em primeira instância das UDIPSS, uma vez que a quota é devida às IPSS individualmente.

Para o presidente da CNIS, padre Lino Maia, “é preciso as Uniãoes Distritais instigarem as instituições a pagar as quotas”, porque, para além de ser um problema recorrente, cria desigualdade e levanta muitos problemas.

Nesse sentido, Lacerda Pais defendeu que “têm que ser as Uniãoes Distritais a dizer à CNIS quem pagou as quotas. Só assim se podem fazer boas contas”.

O presidente do Conselho Fiscal da CNIS instigou ainda a Direção “a ter alguém responsável pelas Uniãoes Distritais” para que a atual situação não perdesse no tempo, pois “só assim também as Uniãoes Distritais possam ter boas contas”.

Em causa estão 20 euros de quotização anual para as IPSS associadas da CNIS e que o sejam, em simultâneo, das Uniãoes Distritais. A quota das IPSS à UD está indexada ao valor do acordo de cooperação que a instituição tem com a Segurança Social, portanto variando conforme a dimensão da instituição. Exceção às instituições diretamente associadas à CNIS, como as de Beja, onde não há União Distrital, em que a quota é de 40 euros anuais.

“A única forma de cumprir esta questão do não pagamento de quotas é cumprindo os estatutos. E têm que ser as Uniãoes Distritais a resolver esta matéria”, defendeu o presidente do Conselho Fiscal.

Os conselheiros, representantes das Uniãoes Distritais, mostraram-se sensíveis à questão e, por entre queixas e algumas propostas de resolução do problema que algumas já haviam posto em prática, a conclusão foi unânime: “A regularização desta matéria é também uma questão de justiça para com aqueles que pagam as quotas”.



Esta questão da quotização ganha outra dimensão quando há eleições à porta e em finais de janeiro princípios de fevereiro a CNIS terá eleições para os órgãos sociais.

Ora, para além de todos os direitos que as IPSS associadas têm, um dos mais importantes é o de eleger os seus representantes na CNIS e há eleições à porta para os órgãos sociais da CNIS.

Assim, para o ato eleitoral que se avizinha, para que as IPSS associadas possam constar dos cadernos eleitorais têm estatutariamente que ter as quotas em dia até dezembro de 2017.

Nesse sentido, a direção da CNIS “pede às Uniãoes Distritais, por uma questão de justiça e bom funcionamento das instituições, que insistam com as IPSS associadas para regularizem a situação”.

E, por outro lado, que, “até ao final do mês de setembro, comunicassem à CNIS quantas e quais as instituições têm as quotas em dia à data de dezembro de 2017”, as únicas que poderão constar dos cadernos eleitorais.

Antes, o Conselho Geral debateu uma outra questão que se arrasta há alguns anos, mas desta feita por culpa alheia.

De forma simples, a questão prende-se com a falta de financiamento das Uniãoes Distritais.

“As Uniãoes Distritais têm problemas de financiamento”, começou por constatar o padre Lino Maia, acrescentando: “Há uns anos a UDIPSS Lisboa conseguiu, através de um acordo com a Segurança Social, por via da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para que tivesse um funcionamento público. No entanto, esse acordo terminou quando tudo passou para a alçada do Instituto da Segurança Social, apesar de a CNIS, negociando protocolos anuais conseguiu um possível financiamento através de uma candidatura direcionada para o financiamento das estruturas intermédias”, explicou o presidente da CNIS.

Nesta candidatura a CNIS poderia angariar 20% do global do apoio financeiro resultante dos acordos de cooperação, o que em números redondos representaria 330 mil euros ano para a CNIS e

60 mil euros para distribuir pelas UDIPSS.

O problema é que desde 2015 esta cláusula deixou de constar do Compromisso de Cooperação para o Sector Solidário e, mais grave, pelo inesperado, as verbas (cerca de 131.000 euros) relativas aos anos de 2013 e 2014 “nunca foram pagas e não se perspectiva que o sejam entretanto”.

A questão colocada pelo Conselho Fiscal é simples: Há cerca de 131.000 euros, relativos às candidaturas de 2013 e 2014, que constam das Contas da CNIS e que ainda não foram recebidos e que não há grandes esperanças de que o venham a ser.

Ora, perante esta situação, Lacerda Pais, presidente do Conselho Fiscal da CNIS pergunta: “O que fazer com este valor que consta das Contas, mas que nunca foi recebido?”.

Para o presidente do órgão fiscalizador da CNIS. “é necessário anular estes valores das Contas da CNIS”.

Nesse sentido, o Conselho Fiscal propôs ao Conselho Geral, por ser a sua opinião, a votação de uma recomendação à direção para “anular os referidos valores [não recebidos] das Contas da CNIS”, sugerindo, não só à CNIS, mas também às Uniãoes Distritais e às IPSS, que “os valores a receber da Segurança Social só sejam lançado depois de recebidos”.

Sobre esta matéria, o presidente da CNIS foi muito claro e serve para esta e para a questão das quotas: “Só há débito desde que haja pagamento da verba devida”.

A recomendação recebeu 14 votos a favor dos conselheiros e quatro abstenções, tendo a UDIPSS Setúbal feito uma declaração de voto, apesar de ter aprovado a proposta: “Que a CNIS continue a insistir no recebimento da verba protocolado para os anos de 2013 e 2014”.

O Conselho Geral serviu ainda para uma breve apresentação do estudo encomendado pela CNIS «Importância Económica e Social das IPSS», que pode conhecer nas páginas 11, 12 e 13, para anunciar o Encontro Nacional de IPSS Promotoras da Saúde.

CIRE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO DE TOMAR

Desejo de ampliar o lar residencial travado pela falta de financiamento

O grande desejo dos dirigentes do CIRE, de Tomar, era conseguirem contornar as dificuldades de financiamento e levar avante o projeto de ampliação do lar residencial, de 14 para 30 camas, e da criação de uma residência autónoma, para cinco utentes. Porém, a vontade do CIRE é travada pelas dificuldades financeiras, que, em certa medida, são agravadas pelos constantes e prolongados atrasos no pagamento das formações. Para piorar a situação, não abriram candidaturas na Região Centro para realizar este tipo de investimentos.

Bem se pode dizer que o CIRE – Centro de Integração e Reabilitação de Tomar é filho do Verão Quente de 1975, apesar de não ter sido o momento político que Portugal viveu a ditar a criação da instituição que trabalha na área da deficiência.

“Esta casa tem uma história muito engraçada. Tudo começou em 1975, numa época em que as pessoas de extrema-esquerda andavam a ocupar casas, entre as quais uma vivenda junto à praça de touros. Entretanto, os sócios fundadores desta casa conseguiram convencer algumas dessas pessoas de que precisavam de uma casa para dar início à atividade da instituição”, conta o presidente Luís Salgueiro, que acrescenta: “Posteriormente, os sócios fundadores conseguiram legalizar a situação com os proprietários e fizeram um trabalho extraordinário para conseguir equipar a casa e comprar a primeira carrinha”.

Decididos em criar uma instituição que apoiasse as pessoas com deficiência de Tomar, “numa altura em que não havia apoio para as pessoas com deficiência como há hoje, todo o caminho, que a instituição teve nesse espaço, foi uma luta imensa”, afirma o presidente eleito em 2017 e na sua primeira experiência nos órgãos sociais do CIRE.

Mais tarde, a instituição mudou-se para um outro espaço, que “ainda hoje é a sede do CIRE e onde funciona ainda o Apoio Sócio Educativo, o CRI e a creche”, mas é, por volta de 1990, quando se transfere para o equipamento onde agora funciona, que “o CIRE ganha dimensão, sendo hoje uma instituição muito grande, muito respeitada e reconhecida”, sublinha Luís Salgueiro, dizendo, com orgulho, que “a imagem que a instituição tem na comunidade é muito boa”.

O novo equipamento foi construído por fases e por valências, tendo começado, em 1990, com o Centro de Reabilitação Profissional (CRP).

Atualmente, o CIRE tem sete valências, a saber: CAO (90 utentes), CRP (64), Lar residencial (14), CRI (150 alunos apoiados nas escolas), Núcleo Local de Inserção (250 famílias, cerca



de 800 pessoas), creche familiar «Miminhos» (59 bebés e 15 amas) e ainda Apoio Sócio Educativo (16).

Para acompanhar todos estes utentes, a instituição tem um corpo de 105 funcionários (entre trabalhadores do quadro e prestadores de serviços).

Tal como muitas outras IPSS espalhadas pelo país, as necessidades da comunidade exigem investimentos, mas falta-lhe capacidade financeira para os mesmos.

“Muitos dos nossos utentes vêm de agregados familiares com muitas carências. Por exemplo, se os orçamentos fossem autónomos por valência, a creche não se aguentava, tal como o Apoio Sócio Educativo. Todos os anos temos respostas que dão milhares de euros de prejuízo, porque são valências que dão resposta a famílias descharacterizadas e algumas sem rendimentos, o que

não nos possibilita aumentar as mensalidades. O Estado manda a verba certa, sem qualquer atraso, mas se autonomizasse as valências algumas fechavam no mês seguinte. Por exemplo, o valor atribuído ao Núcleo Local de Inserção é o mesmo há 12 anos, nunca foi atualizado. Neste caso, a verba que vem nem para os salários dá! Ainda assim, o CAO e as formações é que vão equilibrando as contas. O que nos causa mais problemas é a Formação, por causa dos atrasos”, afirma o presidente do CIRE.

A questão dos atrasos no pagamento das formações é igualmente transversal a todas as instituições que são entidades formadoras nesta área da deficiência.

“O que acontece é que a instituição é entidade formadora, mas para ter formações tem que garantir o financiamento e enquanto o dinheiro não vem, a casa tem que o assegurar. Mas como

fazê-lo se não tem capitais próprios? A instituição tem que recorrer à banca, o que custa milhares de euros e a aflição todos os meses, porque nunca sabemos quando vem o dinheiro. A verdade é que ainda somos credores de seis meses relativos a 2017, apesar de já ter chegado algum dinheiro deste ano, mas que já foi gasto, claro”, acusa Luís Salgueiro, sublinhando: “A maior dificuldade é esta, porque o dinheiro é gerido dia-a-dia e ao tostão, pelo que era melhor que viesse em duodécimos. Esta questão do financiamento é o maior problema e não é de agora, é já de há muitos anos”.

Por tudo isto, o presidente da instituição de Tomar, sustenta que a situação financeira do CIRE “está bem, mas estes atrasos no pagamento das formações acarretam problemas”.

Para além disso, “poderia haver algum dinheiro para investir na casa, mas é preciso travar, pois a gestão tem que ser feita ao dia”, afirma, lamentando a “falta de capacidade de investimento” para os projetos que pretendem implementar.

“Temos uma excelente relação com a banca e quando precisamos de dinheiro conseguimos, mas temos que impor limites, pois não podemos fazer loucuras que ponham em causa a sustentabilidade da instituição”, argumenta, revelando: “Ainda no último exercício registámos 20 mil euros de resultado positivo, mas depois com os juros que temos que pagar à banca, ficámos novamente a zero. Já com as amortizações, ficámos com um resultado contabilístico negativo de 60 mil euros. O resultado de exploração tem sido sempre positivo. Agora, se os dinheiros da formação não atrasassem, a gestão seria diferente e não teria que ser feita ao dia. Por outro lado, daria para fazer alguns investimentos e lançar mais projetos, que os temos, mas não temos financiamento. Não podemos ter um plano de investimentos. Por exemplo, sei que vou pagar os vencimentos ao pessoal no fim do mês e os impostos, ainda não sei é como... É uma ginástica muito grande e só o enorme gosto pela instituição que todos temos permite fazermos o trabalho que fazemos”.

Entre os vários projetos que a atual direção tem, o principal é a ampliação do lar com o único intuito de responder a uma necessidade que a Segurança Social diz não existir, mas que o CIRE sente todos os dias.

“A nossa maior necessidade é ampliar o lar residencial, que atualmente tem 14 camas e gostaríamos de passar para 30. Temos o projeto feito e tudo tratado, mas agora não abrem candidaturas nem para lares nem para residências autónomas. Nós temos o lar e queríamos criar uma residência autónoma, porque houve uma mãe que doou uma casa aqui nos arredores e que precisávamos de preparar para cinco utentes. A prioridade é o lar, que juntamente com as cinco vagas da residência, já daria resposta à lista de espera e, por certo, mais pretendentes apareceriam”, sustenta Luís Salgueiro.

O projeto, hoje, custaria cerca de 600 mil euros, mas “o problema é o financiamento e não abriram candidaturas para a região centro”, lamenta, lembrando a resposta que ouve da Segurança Social: “A resposta que nos dão é que aqui ainda não se justifica criar mais vagas, mas o que é certo é que na nossa realidade



justifica-se e muito. A família da maioria dos utentes é a instituição. Sem financiamento não conseguimos avançar e mesmo assim ainda calhava ao CIRE qualquer coisa como 100 mil euros”.

Para além destas respostas tipificadas que a instituição dá, o CIRE tem ainda um conjunto de atividades que visam estimular ainda mais a integração dos seus utentes. É nesse sentido que surge o rancho folclórico e o grupo de teatro, que frequentemente leva a instituição (às) comunidade(s).

Visando o empoderamento dos jovens que frequentam a instituição, foi criado o GAU – Grupo de Auto Representação, no qual “um grupo de jovens utentes, apoiados por técnicos, reúnem todos os meses para debaterem assuntos da vida diária”, explica José Lagarto, assessor da direção, acrescentando: “É uma espécie

de assembleia, que pretende estimular o sentido crítico, a opinião e a sensibilidade sobre as mais diversas matérias. Fazem isso regularmente, porque é uma mais-valia para os utentes, que assim se sentem úteis representando os seus colegas que não tem condições para participar neste fórum”.

E como seria Tomar sem o CIRE?

“Sabendo que há estas necessidades, que estas pessoas existem e precisam de ser apoiadas, Tomar seria mais pobre se não tivesse uma resposta. A nossa sociedade tem orgulho, não das pessoas necessitarem disto, mas da maneira como aqui são tratadas. Eles aqui são felizes. O melhor era o CIRE não existir, mas se não existisse Tomar seria mais pobre e as famílias teriam muito mais problemas. Depois, a equipa do CIRE é muito boa e é família para os utentes”.

ENTRE OS DIAS 26 E 27 DE SETEMBRO

Barcelos acolhe terceira edição da Semana Social da UDIPSS Braga

Barcelos recebe, entre os dias 26 e 28 de setembro, a terceira edição da Semana Social, ação promovida pela UDIPSS Braga, e que reúne muitas e diversas IPSS do distrito.

Uma vez mais, a iniciativa promove o debate de temas candentes para as instituições em duas conferências e ainda um megaconvívio com piquenique e muita animação.

No primeiro dia (26), o tema em discussão será «Saúde Mental, Doença Neurodegenerativa e Alzheimer». O conferencista convidado é o renomado António Leuschner Fernandes, presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental.

«Aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados» é o tema da conferência do dia 27 que terá como oradora a advogada Vânia Cristina Delgado.

Ambas as sessões têm início às 14h30 e decorrerão no Auditório do Município de Barcelos.

Tal como nas edições anteriores (Braga e Guimarães), a Semana Social encerra com a festa convívio no Parque da Cidade de Barcelos.

O espaço transformar-se-á num imenso piquenique e, à atenção dos mais pequenos, num enorme parque infantil, com especial destaque para os tão amados insufláveis.

As IPSS do distrito que pretendam participar no piquenique devem (através do endereço de e-mail geral@udipss-braga.pt) indicar o número de participantes no sentido de reservar mesas e cadeiras.

O convívio terá início de manhã, seguindo-se o



piquenique (em 2017, em Guimarães, foram mais de mil utentes, dirigentes e colaboradores os participantes), findo o qual atuará o Grupo de Bombos da APACI e o Grupo de Danças e Cantares da APAC.

Ao longo da tarde haverá ainda uma oficina de Canto, pelo Centro Social de Chorrente, com a colaboração da Universidade Sénior Barcelos,

uma aula interativa, pela Barcelos Saudável, oficinas de barro, com o apoio do Museu de Olaria, e muita animação musical com Professor Orlando e Companhia.

Festa garantida e muita animação para todos, independentemente da idade.

No final, por volta das 16h00, haverá a entrega de lembranças aos participantes.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

«Nasci para Ser+» é o novo projeto educativo para 2019-2021

A Cáritas de Coimbra lançou um novo projeto educativo para o triénio 2019-2021, no âmbito dos seus Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL), sob o tema «Nasci para Ser+».

O «Nasci para Ser+» baseia-se na conceção de Paulo Freire que assume a “vocação dos seres humanos para um processo contínuo da sua humanização”, por oposição à tendência contemporânea de “desumanização, focando-se no meio ambiente e na casa comum, bem como no papel de cada um na sociedade no presente e no futuro”.

Este Projeto Educativo coloca as crianças e jovens como centro da ação e, simultaneamente, atores interventivos na concretização das atividades e desafios que concorrem para o seu crescimento e a ocupação útil dos tempos livres. Visa responder com total empenho e envolvimento às exigências de uma educação potenciadora de um desenvolvimento integral dos utentes, através de atividades lúdico-pedagógicas,

competências interpessoais, culturais e de apoio sociofamiliar.

Pretende-se, assim marcar pela diferença quanto ao papel dos CATL nas comunidades educativas e nas famílias; realizar uma intervenção pedagogicamente mais bem fundamentada e sistematizada; inovar com a introdução de mecanismos de acompanhamento e de avaliação, quanto à concretização dos objetivos, do planeamento e realização das atividades, da satisfação dos utentes/famílias e parceiros da comunidade escolar e local.

As atividades serão orientadas por uma equipa multidisciplinar, formada por técnicos com formação específica em áreas de desenvolvimento infantil/juvenil, cujo objetivo é proporcionar, ao longo dos próximos três anos, experiências lúdicas de aprendizagem e desenvolvimento pessoal dos utentes.

Para a Cáritas o projeto educativo assume um papel determinante na articulação e



participação comunitária. Recorde-se que os CATL da Cáritas Diocesana de Coimbra apoiam crianças e jovens em idade escolar, tendo como função complementar, diversificar e enriquecer as vivências dos seus utentes, numa perspetiva de inclusão social e cultural.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Triciclista Sandra Semedo arrasa nos Jogos Mundiais na Catalunha

A triciclista Sandra Semedo, da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), arrecadou três medalhas de ouro e uma de prata nos Jogos Mundiais da Paralisia Cerebral, que decorreram em Sant Cugat, na Catalunha (Espanha).

A campeoníssima de Coimbra chegou ao ouro nos 400 metros, prova em que demonstrou grande superioridade sobre as adversárias, nos 1500 metros, em que beneficiou do facto de ter sido a única corredora da categoria RR2 a arriscar a distância (mesmo assim, nem a falta de concorrência a impediu de estabelecer a segunda melhor marca mundial de sempre), e ainda nos 800 metros, logo na primeira prova da competição.

Numa corrida bastante disputada, a atleta de 30 anos ficou mesmo muito perto do triunfo na distância de 200 metros, alcançando a medalha de prata e confirmando o estatuto de grande nome da modalidade de tricicleta a nível mundial.

A atleta portuguesa conseguiu ainda um excelente quarto lugar na corrida de 100 metros, menos adequada às suas características.

Para além de Sandra Semedo outras duas atletas da APCC estiveram em destaque nesta edição dos Jogos Mundiais de Paralisia Cerebral.

Mariana Silva e Maria Inês Rodrigues disputaram as provas de slalom em cadeira de rodas e também chegaram às medalhas: a Mariana foi bronze na classe U18 WElectric e a Maria Inês obteve o mesmo resultado na classe U18 WManual A.



Os Jogos Mundiais da Paralisia Cerebral, organizados pela CPISRA (Cerebral Palsy International Sports and Recreation Association), incluíram este ano cinco desportos: atletismo (incluindo tricicleta), futebol

de 7, natação adaptada, boccia e slalom em cadeira de rodas.

A edição da Catalunha contou com cerca de 600 atletas, em representação de 24 países.

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA

«Diferença» é o novo canal digital que quer esbater diferenças

A Fundação AFID Diferença, em parceria com a empresa PAHD, lançou um canal de comunicação digital, denominado «Diferença». Este é um veículo digital criado com o intuito de promover e divulgar as atividades da instituição da Amadora através de conteúdos audiovisuais, tendo por lema “dar voz à responsabilidade social”.

Para além da divulgação das atividades da AFID, serão também divulgadas atividades dos parceiros da instituição em diversos concelhos, nas áreas económicas, culturais, desportivas e sociais, bem como a divulgação e acompanhamento de diversas atividades que se realizam no concelho e suas freguesias.

CURSOS ATÉ DEZEMBRO

Por outro lado, a Fundação AFID Diferença vai acolher nos próximos meses uma série de cursos de capacitação, com o objetivo de capacitar quadros médios e superiores na gestão de

Organizações Não Governamentais (ONG).

A iniciativa é da Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente (AFID), que conta com a parceria do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) e da própria Fundação AFID Diferença.

Sob o lema «Inclusão + Diagnosticar, Intervir e Estimular», este projeto tem como objetivo o desenvolvimento de vários cursos de formação, abertos a todas as pessoas que possam ter interesse pelas áreas abordadas. A capacitação e partilha de novas técnicas e experiências serão os pilares deste projeto para a criação de intervenções de excelência.

Depois do primeiro curso, intitulado «Capacitar para o Diagnóstico e Intervenção para Evolução da Aprendizagem para públicos com Necessidades Educativas Especiais» e «Qualidade de Vida – Modelo de Schalock e Verdugo», os cursos prosseguirão até dezembro.

Para o próximo mês de outubro a agenda já tem temas escolhidos, faltando apenas definir algumas datas.

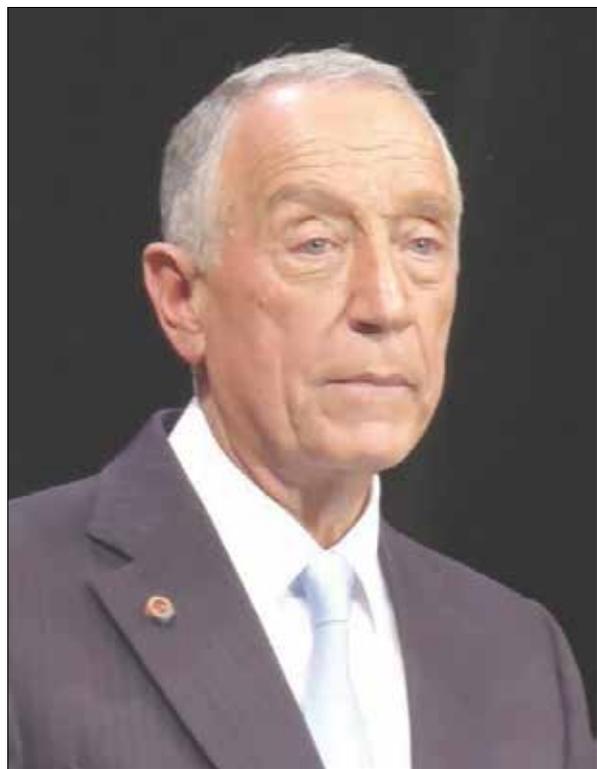
Assim, nos dias 18 e 19, das 9h30 às 17h30, no auditório Dr^a. Maria Lutegarda, na Fundação AFID Diferença, o curso versará a «Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Organizações».

Ainda sem dias definidos, mas com a duração de 35 horas, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, haverá a segunda edição do curso «A Centralidade da Pessoa na Intervenção Social». Na mesma circunstância, mas com a duração de apenas 14 horas, novamente no auditório Dr^a. Maria Lutegarda, na Fundação AFID Diferença, é tempo para abordar o «Empowerment das Pessoas com Deficiência».

Inscrições e mais informações sobre o restante calendário dos cursos pode ser realizado no site da Fundação AFID Diferença (www.afid.pt).

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Marcelo apela ao mecenato social mas sem substituir o Estado



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, apelou ao mecenato social, embora

considerando que não pode substituir-se ao Estado, e sugeriu uma reflexão sobre o quadro legal aplicável a estes donativos.

O chefe de Estado falava na cerimónia de entrega do Prémio Champalimaud de Visão 2018, na Fundação Champalimaud, em Lisboa, instituição que anunciou a criação de um centro de pesquisa e tratamento do cancro do pâncreas com uma doação de 50 milhões de euros de Mauricio Botton Carasso e Charlotte Botton, familiares dos fundadores da multinacional Danone.

“Aqueles e aqueles que, fruto do seu trabalho, constituíram pecúlio suficiente para ultrapassar a mera herança familiar bem poderiam seguir na senda de António Champalimaud, de Mauricio Botton Carasso e Charlotte Botton”, defendeu Marcelo Rebelo de Sousa.

Segundo o Presidente da República, “o apelo ao mecenato social é importante e, agora que vão sendo anunciados novos projetos fundacionais, cobrindo diversas áreas, da saúde à educação, da inovação à ciência, a necessidade de proceder à reflexão sobre o quadro normativo aplicável parece justificar-se”, para ajustá-lo “à nova realidade”.

“O mecenato social não pode substituir-se ao

Estado, é certo. O Estado não pode nem deve ser dispensado de promover a justiça social, com vigor educativo e cultura, dinamismo económico e intervenções comunitárias corretivas das assimetrias. Mas nem por isso devemos deixar de cultivar, de divulgar e de impulsionar o mecenato social, com ou sem fundações, diferentes entidades ou novas orgânicas”, considerou.

Perante uma plateia que incluía, entre outros convidados, os antigos presidentes da República António Ramalho Eanes e Aníbal Cavaco Silva, os anteriores primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, e a atual presidente do CDS-PP, Assunção Cristas, o chefe de Estado reiterou o apelo ao mecenato social, estendendo-o ao voluntariado. “Que quem possua uma biblioteca a partilhe desde logo com quem a não tem. Que quem disponha de meios financeiros, recursos técnicos ou logísticos os disponibilize aos outros, na saúde, na escola, nas misericórdias, nas IPSS. Que quem pode libertar tempo para ser útil aos demais multiplique esse outro mecenato social chamado voluntariado, convertendo os muitos milhares de milhares que já somos em centenas de milhar até chegarmos ao milhão”, afirmou.



GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

FORMAÇÃO CERTIFICADA

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA O SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

PROCESSO INTEGRADO UTENTE				
MOBILIZADO	SÓDOS	UTENTES	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA	PORTAL SOCIAL
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	INTERNAMENTO
APOIO ODONTOLÓGICO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	BLOCO OPERATÓRIO
ÁREA DA SAÚDE				

APOSTA NO SETOR DA SAÚDE



MPDS
Medical pre-Diagnostic System

Solução única no mercado, que junta smartphones com lentes de magnificação e que vai poder ser utilizada por médicos e outros profissionais de saúde na deteção e tratamento precoce de doenças emergentes.

+ DE 3000 CLIENTES



F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt



A “IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS”

Estudo será instrumento fundamental para a ação da CNIS

O estudo «Importância Económica e Social das IPSS», realizado pela Universidade Católica a pedido da CNIS, afigura-se como um instrumento de trabalho precioso para a atuação da Confederação. “É o primeiro estudo feito com esta profundidade e com estes indicadores”, sustenta Palmira Macedo, assessora da CNIS, explicando que vem “consolidar algumas ideias que se tinham e que não estavam sustentadas cientificamente e agora estão”. O estudo, coordenado por Américo Mendes, surge integrado numa candidatura ao POISE e que tem como principal objetivo “fortalecer a CNIS para que possa responder melhor e prestar melhores serviços às suas associadas”.

A CNIS já tinha feito um estudo sobre o multiplicador, direcionado para o impacto das instituições em apenas quatro concelhos, mas com este novo trabalho “o multiplicador dá-nos dados para o país”, mostrando o impacto das instituições por regiões também.

“Entendemos que para prestar melhores serviços às associadas é preciso conhecer muito bem o seu funcionamento. Nesse âmbito foram encomendados dois estudos, um à Universidade de Évora, que faz a caracterização da intervenção das instituições ao nível da saúde, e este à Universidade Católica, elaborado pelo professor Américo Mendes”, refere Palmira Macedo, destacando: “Este estudo, desde o início, que o reputamos de fundamental, porque é essencial perceber exatamente como é que está a funcionar o sector. Ver quais eram os indicadores que daqui advinham e possam levar a CNIS a qualificar a sua intervenção junto do Estado em momentos de negociação e junto das associadas”.

Este é um estudo que permitirá a CNIS conhecer melhor o sector e ser um instrumento essencial para as negociações com o Estado, para melhorar a intervenção da CNIS junto das associadas e também para desmistificar muitas ideias que subsistem na opinião pública sem que as mesmas tivessem respaldo científico.

“E pelos resultados que o estudo apresenta temos já aqui boas fontes para podermos avançar nestas duas direções. Nas negociações com o Estado, quando lhe dissermos com rigor e pela primeira vez no nosso país qual é exatamente a sua participação, as coisas serão diferentes. Esta amostra tem rigor científico e pode ser extrapolada para o todo nacional, pois é uma percentagem muito elevada, que cobre todo o território nacional e todas as formas jurídicas. A CNIS pode, com toda a segurança, extrapolar estes dados para o todo nacional. E pode, quando estiver em negociações, identificar com exatidão que a participação do Estado central é X, a das autarquias é Y e por aí fora. Este estudo identifica todas as fontes de receita das instituições

e também provou que as instituições cumprem um dos seus grandes objetivos que é privilegiar as pessoas mais carenciadas, porque os seus utentes apenas conseguem pagar 30% dos custos dos serviços que lhe são prestados. Este é um outro indicador fundamental que qualifica a intervenção da CNIS”, explica a assessora.

Reconhecendo que o estudo revela que, ao nível das instituições, “há coisas a melhorar”, especificando: “Como já tinhamos alguns indicadores, porque vínhamos acompanhando o estudo, refletimo-los na candidatura recentemente aprovada a esta medida e que tem que ver concretamente com a qualificação da gestão dos dirigentes. Para tal vamos desenvolver um programa de formação, que já fizemos com a Católica noutros momentos, na área da gestão para dirigentes”.

Esta será uma formação para todos os dirigentes dos órgãos sociais da CNIS, incluindo os que integram o Conselho Geral, “para que eles possam também replicar nas suas instituições e não só para que haja um efeito multiplicador” na tentativa de suprir esta necessidade das IPSS.

Outra evidência que a elaboração estudo demonstrou é a necessidade de uniformização do tratamento contabilístico das IPSS.

“Precisamos de fazer também algum trabalho junto dos contabilistas. Percebemos que, ao longo do país, há zonas que estão muito bem cobertas a este nível e onde é possível encontrar no mercado empresas que trabalham com o sector e que conhecem as suas especificidades e que respondem às necessidades das instituições e outras zonas em que é muito difícil, porque há um gabinete de contabilidade que tem 50 empresas e uma IPSS como clientes e que trata tudo da mesma forma. Por isso é preciso fazer essa informação/formação para que haja uma uniformização e cuidado”.

E isto tem como grande propósito “concluir outra ação que também está prevista nesta candidatura, que é a criação da Central de Balanços”, revela.

O estudo inicialmente incidiu sobre 400 IPSS,



mas o coordenador decidiu alargá-lo aos 10% do universo de IPSS que existem em Portugal, recolhendo e tratando dados de 565 instituições com todos os elementos da demonstração de resultados.

Ora, isto “é algo suficientemente valioso pelo que a CNIS avançou para a criação da Central de Balanços, que vai arrancar ainda este ano”, defende Palmira Macedo, acrescentando: “Para isso, precisamos das Contas e de ter acesso a elas de forma mais célere. De facto, as instituições são obrigadas a publicá-las num sítio na internet e que até foi exigido que fosse um sítio próprio. Talvez essa exigência do site próprio tenha estragado isto tudo, porque se as instituições fossem obrigadas a publicá-las num sítio de acesso fácil, e estou a pensar nos sites das Uniãoes Distritais, se calhar era muito mais fácil”.

AMÉRICO MENDES, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Em termos de liquidez e autonomia financeira setor social está melhor do que resto da economia

Américo Mendes é o coordenador científico do estudo «Importância Económica e Social das IPSS», que a CNIS adjudicou à Universidade Católica- Centro Regional do Porto, em 2017.

Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa, onde coordena a Área Transversal de Economia Social (ATES), Américo Mendes é diretor do Mestrado em Economia Social e das Pós-Graduações em Gestão de Organizações de Economia Social e em Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento.

É Doutorado em Economia pela Universidade do Arizona, EUA, tendo concluído a licenciatura na mesma área, com especialização em Planeamento do Desenvolvimento Regional e Urbano, na Universidades de Toulouse e de Aix-Marseille III, em França, em 1979.

Participou em projetos de investigação de nível nacional e internacional, nas áreas da Economia Social e da Economia Agrária e Florestal. Tem cerca de 60 trabalhos científicos publicados (livros, capítulos de livros e artigos em publicações científicas nacionais e internacionais). É Membro do Conselho Económico da Diocese do Porto, desde Julho de 2018 e colabora como voluntário em várias organizações de economia social.

SOLIDARIEDADE – Quais são as principais conclusões do estudo «Importância Económica e Social das IPSS»?

AMÉRICO MENDES - O tema geral é a importância económica e social das IPSS em Portugal. Essa importância foi analisada sob vários aspetos. Um dos fatores da importância destas organizações é elas providenciarem serviços sociais a pessoas carenciadas por preços que elas possam pagar e, muitas vezes, é de forma gratuita. O que o estudo fez foi olhar para as contas de demonstração de resultados de 565 IPSS com um grau de detalhe suficiente para sabermos, do total de rendimentos dessas IPSS, qual é a parte que corresponde a contribuições dos utentes. É agora sabemos que é uma parte limitada de todo o conjunto. Portanto, as IPSS têm a função de irem buscar a diferença entre aquilo que os utentes podem pagar e os rendimentos que precisam para cobrir os seus custos. Cada instituição sabia isto de si e para si própria. Que nós saibamos até agora ainda não tinha sido apurado para um conjunto de IPSS como aquele que nós trabalhamos.

E porquê 565 IPSS?

São cerca de 10 por cento do número total de IPSS e equiparadas que devem estar ativas. Isto é, com um NIF, página de facebook, com transações registadas no portal do Ministério da Justiça, órgãos sociais a mudar, alterações nos estatutos, etc... Não as contactámos todas, mas fomos por esses indicadores. Essas 565 têm uma composição que reflete a distribuição que a população total de IPSS tem em termos de distritos,



e mais as Regiões Autónomas. Representa bem o universo das IPSS e equiparadas (Casas do Povo, Cooperativas de Responsabilidade Social, Centros Sociais Paroquiais, Associações Mutualistas, Misericórdias, Institutos Religiosos, Associações de Solidariedade Social e Fundações). Não era possível fazer uma amostra aleatória, mas ela é mais do que suficiente para ser representativa. Nós optámos por incomodar o mínimo possível as instituições e utilizámos a informação que cada organização publica e pode ser consultado por todos.

Falemos então das conclusões...

O estudo apurou a estrutura dos rendimentos desse conjunto das instituições com um grau de detalhe suficiente para se saber quanto é que pagam os utentes, quanto é que comparticipa a Segurança Social, quanto é que vem de outros organismos da administração central, das autarquias, de serviços secundários que as IPSS prestam, de vendas de produtos, de donativos, e subsídios de entidades particulares e de atividades de angariação de fundos. Com este detalhe todo foi um trabalho imenso encontrar 565 IPSS que tivessem contas publicadas em sítios que nós pudéssemos encontrar, e com este grau de detalhe. Conseguimos. Temos também a estrutura de custos. Nessa informação há algo que já sabíamos, mas que ressalta como mais importante que é o gasto com o pessoal: quase 60 por cento. Outra das conclusões surpreendentes deste estudo é a comparticipação do Estado. É menor do que se imagina... Havia alguma noção dos valores mas cada IPSS sabia apenas de si. Agora pode-se falar em todo o setor social solidário. A Segurança Social comparticipa com cerca

de 40 por cento...

Outro indicador da importância económica e social: as IPSS são organizações económicas. Produzem bens e serviços, pagam salários, compram bens e serviços na localidade e fora. Utilizámos o conceito de multiplicador do rendimento local que consiste em saber o que é que cada instituição faz por cada euro que atrai para o seu concelho através do financiamento da Segurança Social e outras entidades públicas, donativos, etc.). Esse euro serve para pagar salários, comprar bens e serviços, dentro e fora do território do concelho. O que fica no concelho é reinjetado na economia local e serve para fazer funcionar o circuito económico. Ora, as instituições multiplicam por mais de dois. E quando esse euro é recolocado na economia local é multiplicado por mais de quatro. Conclusão: Em média, por cada euro que é captado para o concelho as IPSS multiplicam-no por quatro. O que desfaz a ideia de que as IPSS são subsidio-dependentes. Os efeitos multiplicadores são admiráveis.

O que se pode dizer da saúde financeira das IPSS?

Na compilação dos dados das contabilidades das 565 instituições não nos ficamos só pelos resultados. Também se compilaram os dados dos balanços. E isso permitiu fazer um diagnóstico da saúde económico-financeira das instituições. E aí há notícias boas e notícias más. As boas é que este setor, em termos de liquidez, da sua solvabilidade, da sua autonomia financeira, contrariamente ao que muitas pessoas poderão pensar, está comparativamente melhor do que o resto da economia. Na central de balanços do Banco de Portugal há informação sobre serviços de apoio

social com interesse adicional para o nosso caso. No entanto, a natureza jurídica das organizações que estão nessa base de dados revela-nos que mais de 80 por cento são sociedades por quotas. Ou seja, é um retrato razoável do setor social dito lucrativo. Isso permitiu-nos fazer o confronto com essa componente da Economia Social. E as IPSS e equiparadas, nesses indicadores, estão relativamente melhor.

As más notícias são as condições de rentabilidade e os resultados operacionais e líquidos. Em termos de resultados líquidos há mais de 40 por cento de IPSS com resultados líquidos negativos. Isso não quer dizer que tenham resultados negativos em termos operacionais. O chamado EBITDA - o resultado antes dos juros, das amortizações e dos impostos -, é à volta de 17 por cento. As amortizações tem um peso muito grande, transformando resultados positivos em negativos. Quando analisamos a rentabilidade do capital próprio aí há uma diferença muito grande, para pior, dessa rentabilidade nas IPSS quando comparadas quer com o conjunto da economia quer com o setor lucrativo.

Como se explica?

As explicações são várias... A margem de lucro é semelhante. O estudo identificou duas causas: uma é o muito menor grau de alavancagem financeira. Isto é, as IPSS e equiparadas vão menos aos mercados financeiros, muito menos. Alavancam muito menos os seus capitais próprios para se financiarem. O outro é a rotação do ativo. Ou seja, quantas vezes por ano, com os ativos que a instituição tem, ela consegue gerar receitas de vendas e prestações de serviços iguais ao valor desse ativo? Aí as IPSS são muito mais lentas comparadas com o resto da economia. Isso é um sinal de menor eficiência no uso dos ativos que têm à sua disposição. Estes dois indicadores, a baixa taxa de endividamento e a baixa taxa de rotação dos ativos, são claramente o que mais contribui para a baixa rentabilidade dos capitais próprios com evidentes implicações nos resultados operacionais e líquidos. O setor na sua globalidade é saudável não está em situação crítica de liquidez, mas precisa de melhorar muito as condições de rentabilização.

A esse propósito que recomendações faria?

Há recomendações para dentro e recomendações para fora. Uma parte dessa menor rotação do ativo tem que ver com o facto dessas instituições estarem sob alçada de um conjunto de regras, e do próprio regulador, que as impede de fazerem muitas coisas que elas gostariam, que podiam permitir retirar melhor partido dos recursos. Estão num colete-de-forças demasiado apertado. É preciso pensar nisso. O resto da economia tem muito mais liberdade. A recomendação para dentro é que a CNIS e outras organizações possam continuar a fazer programas e projetos que capacitem estas instituições para melhorar a qualificação dos seus colaboradores e a qualidade da sua gestão.

E que diz o estudo em termos de presença geográfica das IPSS no país?

Esse é outro indicador, do ponto de vista social, que dá conta da sua importância. As IPSS prestam um serviço de proximidade. Usando fontes públicas, a carta social que está publicada na



internet, viemos a saber onde é que há equipamentos sociais e de quem são. As IPSS ou equiparadas estão em 70 por cento das freguesias do país. Isto é, em três de cada quatro freguesias portuguesas há equipamentos sociais das IPSS. E em 27 por cento dessas freguesias estão sozinhas.

Relativamente ao trabalho voluntário há quantificações?

Sim, o estudo vai dizer isso, comparando com os gastos do pessoal da instituição. Era desejável que as IPSS contabilizassem esse trabalho voluntário, entrando do lado dos rendimentos e saindo do lado dos custos, mas estando lá para que se soubesse quanto representa.

Este é o estudo mais aprofundado sobre o setor social solidário?

Julgo que sim. Há alguns estudos publicados mas com tantas instituições como neste eu não conheço mais nenhum. É mais uma prova do carácter absolutamente fundamental deste setor. Três em quatro freguesias tem lá uma IPSS a fazer qualquer coisa. Se isto fecha que é que vai ser deste país? A questão do financiamento do Estado, por exemplo. Que não se diga que é disso que as instituições vivem. É importante, mas representa menos de 50 por cento dos rendimentos das IPSS. É um setor com uma grande diversidade. Nas 565 há desde enormes porta-aviões até instituições muito pequenas com contas muito equilibradas... O mais importante é que isto possa ser o embrião ou o ponto de partida daquilo a que tecnicamente se chama de central de balanços deste setor. Pelo que disse não substitui o que o Banco de Portugal já está a fazer nessa área porque ele está mais focado no setor social dito lucrativo. Este setor social solidário não está a ser captado pela central do Banco de Portugal. Pode ser que a partir daqui se possa fazer um trabalho específico para este setor. Neste momento os dados disponíveis no banco de Portugal não servem para caracterizar

o setor quanto a estes indicadores. Nós temos mais indicadores do que a central de balanços: o multiplicador de rendimento local, o trabalho voluntário, etc.

A conta satélite do INE deu um primeiro grande retrato do setor social...

Não tem nada a ver. Não substitui a conta satélite do INE nem a conta satélite pode ir até este detalhe.

E que recomendações quer deixar às IPSS?

Há coisas simples, que não dão mais trabalho às instituições, contabilistas e outros colaboradores: publiquem as contas. Há já um número significativo de IPSS que o faz, mas pode melhorar muito. Depois, que as publiquem num sítio que seja facilmente consultável. Tive que andar à procura em páginas de facebook, sites, blogues, diversas plataformas. E, já agora, que seja feito de maneira estandardizada. Sem dar mais trabalho à contabilidade das IPSS, se possível, não publiquem só a conta de demonstração de resultados e o balanço que a lei exige. Publiquem os anexos ou pelo menos o balancete. Se for assim podemos ter o grau de detalhe necessário para fazer o nosso trabalho. Houve algumas instituições de nível nacional e prestígio, que publicaram apenas a conta e resultados e não publicam o balanço. Outras que publicam balanços que nem sequer batem certo... Uma dificuldade que identifiquei: Nas IPSS há rubricas cuja localização depende dos contabilistas. Os donativos estão em contas diferentes, IRS também, as quotas... Era necessário unificar esta informação.

Pelo seu envolvimento pessoal no setor social solidário o estudo também lhe deu prazer...

Estou no setor social antes de ter nascido... os meus pais, de uma forma ou de outra, já andavam nisto. A antiga relação de trabalho entre a Universidade Católica e a CNIS também conta. O trabalho que isto deu não me custou nada.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Democracia à prova!

Portugal vai confrontar-se, a curto prazo, com um conjunto de testes à sua forma de organização como sociedade democrática!

Após uma legislatura parlamentar e de governo com apoio parlamentar de partidos de esquerda que, apesar de tudo e contra tudo, irá celebrar a proeza de terminar uma legislatura sem grandes sobressaltos, temos de reconhecer que, sem recurso à democracia e à pluralidade de soluções políticas previstas na nossa Constituição da República, teria sido impossível encontrar um governo capaz de governar o país, após um longo período de intervenção da troika que nos impôs medidas de austeridade! Apesar do pouco tempo de instauração da democracia entre nós, podemos averbar na nossa história de nobre povo, nação valente e imortal este feito glorioso de termos conseguido consolidar a democracia política.

É evidente que as eleições para o parlamento europeu e para a eleição de deputados para a Assembleia da República, que ocorrerão no próximo ano, vão constituir um verdadeiro “teste” à consistência do regime democrático.

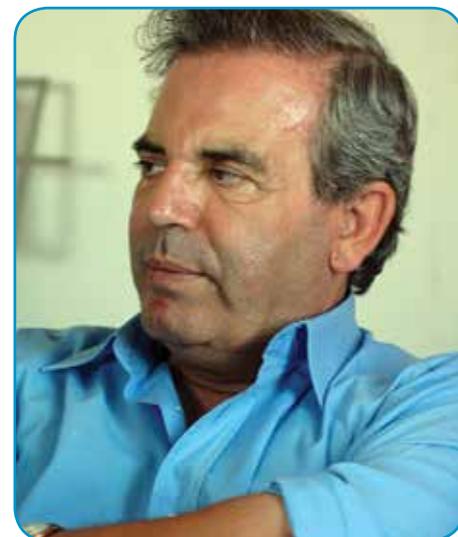
Já em relação à democracia económica e de um desenvolvimento humano assente no princípio da igualdade de oportunidades para todos

e da justa repartição da riqueza criada, continuamos na cauda da Europa como campeões das desigualdades sociais. Ou seja, a este nível, ainda não acertámos num modelo de desenvolvimento capaz de reduzir as assimetrias sociais!

Deram-se passos acertados e corajosos no domínio da democratização da justiça, só possíveis pelas significativas, embora ainda muito insuficientes, alterações legislativas introduzidas no sistema judiciário e pela ação da atual Procuradora Geral da República que têm estado a reabilitar aos poucos a confiança na justiça, provando que ninguém está acima da lei e que a justiça é para todos: pobres ou poderosos. Teremos de enfrentar agora o combate contra a lentidão da justiça, fator essencial para a sua credibilização junto de todos os portugueses!

Nos próximos dois anos as barras dos tribunais estarão na mira dos portugueses, dada a quantidade de “casos vip” que estarão em julgamento, desde a política ao futebol, passando pelo próprio funcionamento do sistema judicial, sobretudo na sua incapacidade de evitar continuadas “fugas de informação” que tanto descreditam a justiça!

As populações começam a ficar cansadas de



políticas de promessas recorrentemente adiadas, de falta de investimento em áreas nevrálgicas da nossa vida coletiva, tais como a saúde, o ensino, os transportes públicos, etc! Teremos de continuar alerta para denunciar uma tentativa em curso de maior estatização da política portuguesa. Do que o país precisa não é de mais Estado, mas de melhor Estado que não asfixie a sociedade civil e as suas instituições!

Sintamo-nos convocados para dar o nosso contributo no debate político que urge promover e numa maior exigência em, através dos votos, votarmos em quem queremos e não em quem os partidos nos querem impor através de listas com gente que ninguém conhece!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

Comércio internacional: a outra guerra

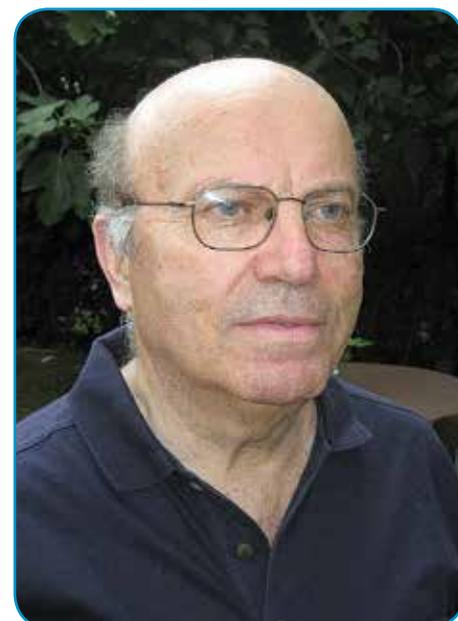
Parece que o mundo ultrapassou recentemente mais uma crise ameaçadora para a Paz no mundo. Falamos, claro está, da surpreendente aproximação entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos. E se dizemos “parece” é porque o historial de Kim Jong-un não permite confiar em absoluto na sua conversão e na conversão do seu regime. Ainda há poucos dias, um alto responsável político norte coreano criticava a política de Washington em termos pouco compatíveis com o novo quadro de relações acabado de inaugurar. Por outro lado, e no que diz respeito aos Estados Unidos, começam a ouvir-se algumas vozes de aviso contra os excessos de confiança relativamente à Coreia do Norte.

Seja como for, é neste contexto que, apesar disso, é aparentemente favorável à Paz, que estamos a assistir à ameaça de uma outra guerra que parece não preocupar grandemente a Humanidade, mas cujo impacto não se deve subestimar. Falamos de uma guerra diferente, porque não se trava com armas mais ou menos modernas e letais em terra, no mar ou no ar, já que o seu campo de batalha se situa na esfera do comércio internacional. Trata-se de uma guerra

em que os principais intervenientes são, naturalmente, as grandes potências económicas, com os Estados Unidos e a República Popular da China à frente da lista, mas cujos efeitos atingem, ou podem atingir, quase todos os países do mundo.

Vivemos num tempo que é marcado, ao mesmo tempo, pela realidade da globalização e pela tentação do populismo nacionalista, uma espécie de religião que tem em Donald Trump um dos seus apóstolos mais fervorosos. Foi com a apologia deste nacionalismo, “a América primeiro”, que ele venceu as eleições que o levaram à Casa Branca, e bem se pode dizer que, pelo menos até agora, ele não atraiçou esta “religião”, embora a sua fidelidade àquele princípio já tenha acarretado muitos e graves prejuízos à imagem do seu país. Daí, não se poder dizer que esta fidelidade deva ser entendida como um elogio. Bem pelo contrário.

Foi em nome desta fidelidade que ele decidiu abrir, na área do comércio internacional, uma guerra contra diversos países, incluindo a China, vítima principal das novas taxas alfandegárias aplicadas a produtos exportados para os Estados Unidos, taxas que foram criadas em



nome da defesa das empresas norte-americanas. Mas se a China foi o alvo principal desta nova política de Trump, ela atingiu mesmo países amigos e aliados, o que provocou já graves perturbações no quadro das relações internacionais.

Naturalmente, a primeira reacção da grande maioria dos empresários e trabalhadores americanos foi de aplauso a estas medidas proteccionistas. E assim será, pelo menos até estes sentirem o impacto da resposta que vão receber de países atingidos por elas... Uma coisa porém é certa: vivemos sob a ameaça de uma guerra comercial de consequências que podem ser muito graves.

Galiza-Norte de Portugal

1 - Regressado da Galiza, de merecidas férias, volto aos meus leitores do Solidariedade, ainda impregnado desse ar atlântico à flor da pele e da alma, a dar conta, como normalmente tenho feito, do que penso sobre alguns dos assuntos da Pátria, vistos à distância amiga e amena desse território tão vizinho do Norte de Portugal.

Mais meu vizinho do que de tantos outros portugueses; sou do Norte (melhor, sou do Porto), região de Portugal que é contígua à Galiza, e que constitui com ela o Noroeste Peninsular, de herança celta e de rosto atlântico comum.

O território do que viria a ser o Condado Portucalense, origem de Portugal, integrou, de resto, o Reino Suevo da Galiza, desde o século V até ao século XII, aquando do processo de instituição desse condado para D. Teresa e D. Henrique e da subsequente independência de Portugal.

Avisei, desde a minha primeira crónica do Solidariedade, há coisa de 15 anos, que o meu olhar sobre os temas aqui tratados seria sempre iluminado por essa perspectiva nortenha que é o meu modo de ver o mundo.

Hoje não vai ser excepção.

Em regra, começo o dia na esplanada da praia, lendo o Jornal de Notícias e La Voz de Galicia; um, para ir acompanhando o que se vai passando no nosso país; outro, para me impregnar melhor do ambiente da terra onde estou de férias.

Um dos assuntos que diariamente era tratado em La Voz de Galicia, aliás profusamente, ocupando editoriais, crónicas e opiniões de comentadores, tinha que ver com o conflito entre o Estado Espanhol e as autoridades da Catalunha, em torno do tópico do movimento separatista e independentista que estas últimas têm porfiadamente colocado no topo da agenda política do País vizinho.

Já assim sucedera em 2017: a Diada, 11 de Setembro, Dia Nacional da Catalunha, tem servido de pretexto para as forças independentistas mostrarem na rua a sua força, procurando apressar o processo da independência relativamente ao Estado Espanhol.

Também este ano a aproximação dessa data suscitou o reforço do tratamento noticioso do tema, nos diversos órgãos da imprensa, de que constitui exemplo o meu La Voz de Galicia matutino.

2 - Já em 2017 me tinha causado a mesma perplexidade: sendo a Galiza uma Comunidade Autónoma, com parlamento e governo próprio – um pouco à semelhança dos Açores e da Madeira, entre nós –, autonomia essa reconhecida no modelo constitucional espanhol após a queda da Ditadura franquista, na esteira desse longínquo Reino Galego do tempo dos suevos, e constituindo a ambição autonómica galega, com língua e cultura próprias, reprimidas manu militari durante a mesma Ditadura, um fenómeno conhecido e generalizado, designadamente nas elites, esperar-se-ia uma manifestação galega de solidariedade com os paladinos do reforço dessa outra autonomia, a da Catalunha.

Mas não é isso que acontece.

Quer o povo galego, quer os seus dirigentes – a Galiza é governada, a nível autonómico, pelo Partido

Popular, ao passo que o Governo central é do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), também apoiado por uma geringonça –, quer as elites intelectuais, quer a imprensa, são mais ou menos unânimes na rejeição da ambição separatista catalã, bandeando-se para o lado de Madrid no conflito em pleno curso de agravamento entre os órgãos do Estado Central e o Governo e Parlamento catalães.

La Voz de Galicia, órgão tradicionalmente ligado às correntes democráticas e à autonomia da Galiza, zuzia diariamente, com acrimónia, os dirigentes políticos catalães e o processo separatista, colocando-se, não obstante o amor e a vontade de aprofundamento da autonomia própria da Galiza, do lado do poder central do Estado, contra as autoridades da Catalunha.

A transmissão dos jogos de futebol, tão frequente como cá, dava azo a mais um sinal dessas preferências e das opções da população mais indiferenciada: aplaudindo nos cafés por sistema o Real Madrid e desgostando-se com as vitórias do Barcelona.

Não se pode, no entanto, concluir que haja contradição entre a vontade de autonomia própria do antigo reino galego e a oposição à tentativa independentista da autonomia catalã.

O que retiro do que fui lendo no jornal é que na Galiza se deseja a autonomia – e se pretende mesmo aprofundá-la –, mas mantendo-se esse território integrado em Espanha, no Estado Espanhol; e o que se rejeita no movimento catalão é a circunstância de este pretender a secessão do Estado e a criação de uma república independente, fora do âmbito da Monarquia dos Bourbons.

3 – Já aqui tive ocasião, há alguns meses, de trazer à tona algumas ideias do que penso sobre o processo catalão.

Designadamente, entendo que o princípio da autodeterminação não se esgotou com as independências das antigas colónias que os países europeus possuíam disseminadas um pouco por todo o vasto mundo, havendo lugar, ainda hoje, à possibilidade de criação de novos países.

De resto, na própria Europa, na sequência da queda do Muro de Berlim, da dissolução da União Soviética e da Guerra dos Balcãs, muitos dos territórios que antes integravam o Império Austro-Húngaro, o Império Russo e o Império Otomano se converteram em países independentes, tendo em conta a existência de uma identidade e tradição histórica nesse sentido.

O nosso exemplo de Timor é bem ilustrativo que o facto de um território se encontrar enquadrado, com incómodo, num certo país não significa que, segundo um procedimento democrático e ajustado, não possa aceder à independência.

(Embora já me custe aceitar que uma maioria de deputados, mas que corresponde a uma minoria de eleitores, possa declarar unilateralmente a independência, sem prévia votação específica que assegure o respeito pela vontade da maioria, como é de regra nas democracias.

É o que se passa na Catalunha; e também, como pudemos constatar, se passou com Bush (filho) e Trump, eleitos presidentes dos Estados Unidos por

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do

Centro Social de Ermesinde



um número de eleitores inferior ao dos seus adversários Democratas, Al Gore e Hillary Clinton.)

4 – Mas já vai longo o exórdio para a conclusão que aqui me traz.

E o meu ponto é o seguinte:

Quando, há cerca de 20 anos, se debateu entre nós o modo de cumprir a obrigação constitucional de proceder à regionalização de Portugal e se referendou o processo – que veio a soçobrar, como sabemos –, os adversários políticos desse modelo de Estado, entre os quais, e mais influentes, o actual Presidente da República, bem como a generalidade da Direita, utilizaram com substancial largueza o argumento ad terrorem de que a regionalização poria em causa a subsistência do Portugal “uno e indivisível”, o País da Europa com fronteiras estáveis mais antigas.

Ora, o exemplo da reacção galega às tentativas separatistas catalãs – independentemente de se saber, aqui e agora, da legitimidade e justiça da separação, que não vem a propósito – é a melhor prova de que a autonomia não constitui uma ameaça à unidade do Estado.

Pelo contrário, favorece um desenvolvimento mais justo e equitativo das partes do território mais atrasadas e abandonadas pelo poder central, como também a Galiza permite comprovar.

Ainda sou do tempo em que ir à Galiza, mesmo a partir do Norte de Portugal, era passar a fronteira para um território mais pobre do que o nosso.

E hoje o salário médio na Galiza é cerca do dobro do que se pratica no Norte de Portugal.

Mas já cá caímos no que vem sendo um hábito: um partido com vocação de Governo que defenda a regionalização – como era o caso do PS de António Costa antes da geringonça –, cala rapidamente a ideia mal chega ao poder, transferindo a necessidade de aproximação à periferia para modalidades mais inócuas, como as medidas de “descentralização” que foram há pouco aprovadas.

Por sua vez, o outro partido-chave de Governo, o PSD, agora que está na oposição, já defende, com Rui Rio, a regionalização.

Deixará de a defender quando regressar ao Governo – calhando então ao PS a vez de retomar essa bandeira.

De modo que não se corra o risco de calhar estarem os dois de acordo ao mesmo tempo para uma reforma que exige o acordo de ambos para ser possível.

E cá pelo Norte continuarmos a derrapar em divergência com a Europa, empobrecendo alegremente – por conta do duvidoso privilégio de sermos o único país da Europa desenvolvida sem instância intermédia de poder político-administrativo.

FUNDAÇÃO NOBRE FREIRE, BEJA

Sonho de instituição centenária é ter um novo e funcional edifício

Nasceu para acolher inválidos do trabalho há 112 anos e ainda hoje é uma casa que recebe os mais desvalidos na velhice, com uma média de idades a rondar os 80 anos e quase dois terços de dependentes. Situada no centro histórico de Beja, a Fundação Nobre Freire ambiciona mudar-se para um equipamento construído de raiz e que permita prestar melhores serviços em melhores condições aos seus utentes que “estão, nua e cruamente, no fim da vida”. Tal como muitas outras IPSS, por todo o país, a ambição esbarra na falta de financiamento para materializar o sonho.

Começou por se designar Asilo Nobre Freire, tal como à época estas instituições eram designadas, e destinava-se a acolher inválidos do trabalho. Estava-se em 1906 e Maria Angélica Nobre Freire, a fundadora, havia morrido há dois anos, tendo deixado expresso em testamento que legava “dinheiro e foros a diversas obras religiosas e de assistência e expressou a vontade de que, na sua casa de habitação, fosse estabelecido um Asilo para os inválidos do trabalho.

Hoje, 112 anos volvidos sobre o aparecimento da agora Fundação Nobre Freire, a instituição acolhe em lar 60 utentes, sete em Centro de Dia e presta cuidados a 74 seniores no domicílio. No lar a idade média é de 80 anos, sendo 43 dos utentes muito dependentes.

“A política da casa, desde a sua criação, foi sempre direcionada para acolher homens. Não conheço a razão para tal escolha, mas provavelmente a instituição não tinha condições para albergar mulheres. Hoje continua a ser apenas para homens, porque não temos condições para termos um lar misto. Em situações extremas já tivemos aqui senhoras, mas porque estavam com os maridos”, conta João Rosa, secretário da direção.

Quando em 1973 a instituição deixa a antiga habitação da fundadora e se instala no edifício onde ainda hoje funciona muita coisa mudou.

Cidália Guerreiro, diretora-técnica da instituição, recorda que naquele espaço a Fundação chegou a ter “à volta de 80 utentes, uma grande parte deles acamados em enfermarias”, lembrando que “o espaço era muito pequeno”, com “enfermarias com 10 camas”.

O edifício, uma espécie de solar centenário, teve que ser adaptado e, posteriormente, requalificado “para melhorar as condições, reduzindo o número de camas por quarto e encerrando três quartos, com três camas, pelas dificuldades de acesso, já que era num piso superior”.



Criar melhores condições para os utentes e para quem cuida deles é, segundo António Loução, presidente da instituição, “a luta do dia-a-dia”, ou seja, “criar o máximo de conforto e dar o máximo de dignidade às pessoas que, nua e cruamente, estão no fim de vida”. E se o lar está lotado, salta à vista o número escasso de utentes em Centro de Dia.

“Bem, chegámos a ter 40 utentes em Centro de Dia, mas antes de termos o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Quando este surgiu houve logo menos procura do Centro de Dia, porque as pessoas assim ficam em casa, têm os mesmos serviços e estão na sua zona de conforto”, sublinha a diretora-técnica, ao que o presidente acrescenta: “Neste momento, o conjunto de respostas que a instituição dá, o Centro de Dia acaba por ser prejudicado. Depois, na cidade e no concelho de Beja há outras instituições que prestam os mesmos

serviços”.

“Atualmente, o SAD atua mais na cidade, em alguns bairros e nas freguesias de Neves, que é um pouco mais distante, Penedo Gordo e Santa Clara de Louredo. É uma resposta mais centrada na cidade”, revela Cidália Guerreiro, apontando ainda outras razões para tal: “Há uns anos só a Fundação e a Cáritas faziam este serviço, entretanto mais duas instituições passaram a fazê-lo. Por outro lado, surgiram algumas Unidades de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) que também vieram tirar alguns utentes às instituições. Dantes éramos muito contactados pelos hospitais, mas agora esses utentes são logo encaminhados para essas unidades”.

Mesmo assim, o vasto e fundamental serviço que a Fundação presta continua, de certa forma, condicionado pelo espaço onde é desenvolvido.



O ideal, dizem todos os responsáveis, era a construção de um equipamento de raiz. Porém, as dificuldades de financiamento para já ditam as regras, se bem que os dirigentes não abdicam do sonho de ter um “espaço construído de raiz e com uma melhor funcionalidade”. Mas já lá vamos.

Para já convém perceber as dificuldades da instituição, “cuja situação financeira está no limite”, como afirma João Rosa.

Com uma população de utentes, socioeconomicamente, “de perfil baixo”, o presidente da instituição frisa que “a política que é praticada na instituição tem em conta o que as pessoas ganham e os nossos utentes são pessoas das reformas de 200, 300 euros”.

Por isso, “a instituição está vocacionada para as pessoas que menores reformas têm e nesse sentido aplica a fórmula da Segurança Social”, acrescenta, lembrando que, no privado, “há casais que pagam 1.600 euros por cada elemento”.

João Rosa tem uma explicação para o facto de os utentes da Fundação serem pessoas “de baixos recursos económicos e muitas dependentes” e que de certa forma explica a situação financeira da instituição: “A saúde financeira da instituição está no limite. Há instituições que quando as pessoas vão inscrever-se o que lhes é pedido à partida são os documentos do IRS e da reforma, mas nós aqui, já há uma série de direções, que nunca exigimos essa documentação. As pessoas inscrevem-se quando têm necessidade e a entrada na instituição não tem que ver com o perfil socioeconómico da pessoa, nem com a data de inscrição. A entrada tem que ver com as necessidades, a diretora técnica faz a avaliação e é em face disso que as pessoas entram. E é só depois da pessoa dar entrada que são pedidos os documentos para encontrar o valor da mensalidade. Se todas as instituições seguissem esta política, se calhar, os utentes que mais podem e os que menos

podem pagar estavam mais divididos por todas. Assim, sobram-nos as pessoas muito dependentes e com baixos recursos económicos, mas é para isso que existem as IPSS. E não pretendemos mudar de política enquanto nos for possível”.

Ainda sobre a situação financeira da instituição, o secretário da direção sublinha que, “para já, está tudo em dia, salários e atualizações de vencimentos, mas é preciso uma gestão muito rigorosa e criteriosa e é muito difícil de fazer”, deixando uma crítica: “Outro dos problemas que temos é quando são atualizadas as tabelas salariais, porque nós cumprimos de imediato e as participações do Estado só vêm à posteriori... Já para não falar nos retroativos, como foi há dois anos, que tivemos de uma vez que pagar 28 mil euros. Mas isto é a vida das IPSS”.

Apesar das dificuldades, os dirigentes da Fundação Nobre Freire não baixam os braços e tudo tentam para melhorar as condições dos seus utentes e trabalhadores, que no total são 58.

Daí continuarem a alimentar o sonho de dar uma casa nova à instituição.

“Os investimentos feitos neste edifício centenário, que ocupamos desde 1973, têm sido muito complexos. O ideal era irmos para um equipamento novo e a Câmara já nos deu essa possibilidade, tendo-nos proposto dar um terreno. O pior é o resto. Se nos dessem um terreno e nos garantissem que este edifício era vendável, até dava para avançarmos”, defende António Loução, ideia corroborada por João Rosa: “O ideal para este edifício, dada a localização no centro histórico da cidade, era fazer um hotel de charme. Mas para isso era necessário arranjar uma entidade que ficasse com este e nos fizesse um equipamento de raiz. Ora, isso não é fácil! Este é um edifício muito antigo, que por mais obras que se façam são obras que nunca estão terminadas, pelo que o melhor para a instituição era um

edifício de raiz, com melhor funcionalidade e melhores condições”.

Para o presidente, este passo não esbarra no terreno, que “não seria o problema, mas sim como construir o edifício, uma vez que a instituição não tem capital e nem há financiamento público”.

Outra medida que está prestes a avançar é a da colocação de painéis fotovoltaicos.

“O projeto dos painéis solares é muito importante, porque os custos com a energia são muito elevados. Atualmente pagamos três mil euros mês de eletricidade, mas com um investimento de cerca de 30 mil euros conseguimos reduzir o consumo em cerca de 50%. O projeto paga-se em dois anos, mas é necessário fazer o investimento”, constata João Rosa, ao que António Loução acrescenta: “É uma loucura pagar três mil euros de luz e 1.200 de água por mês”!

Estas necessidades de investimento, com retorno garantido e para breve, levantam obstáculos aos dirigentes, que têm ainda outra necessidade em mãos.

“Há pouco tempo recebemos 11.500 euros do Fundo de Socorro Social para a aquisição de uma viatura de nove lugares equipada para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida. O problema é que a carrinha custa 34 ou 35 mil euros”, afirma o secretário da direção, revelando que será necessário a instituição “recorrer à banca”, com todos os encargos que isso acarreta.

À questão de como seria Beja sem a Fundação Nobre Freire, Cidália Guerreiro responde que “não era a mesma, porque haveria menos respostas para as pessoas”, João Rosa sustenta que “Beja seria igual, as pessoas é que passariam mais dificuldades”, enquanto António Loução prefere elogiar o trabalho feito: “O serviço que prestamos à população, com 60 pessoas internadas, às quais tudo fazemos para que tenham uma vida com dignidade, é uma ação muito meritória”.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- | | | | | |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE | STRONG CHARON TAMPER | UPK CLIMAMOR |
| B2B | CERGER | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM | PAPIRO VALDOC |
| VIVAMAIS | SERDIAL | BIOSOG | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

STRONG CHARON
 Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CONTACTE-NOS



TRIVALOR

BISPO DE BRAGANÇA-MIRANDA

A maior pobreza é o défice demográfico

O bispo da diocese Bragança-Miranda alertou hoje para “a saída forçada” de mão-de-obra qualificada do território do Nordeste Transmontano, numa emigração “diferente” da que aconteceu nas décadas de 60 e 70 do século XX.

“As pessoas são obrigadas a emigrar porque não têm escolha, quando a nossa maior pobreza é o défice demográfico. Há saídas constantes de pessoas com cursos superiores, mão-de-obra qualificada, que são forçadas a sair, sendo esta uma realidade constrangedora”, disse José Cordeiro.

Na opinião do prelado, as pessoas deveriam poder optar por ficar ou emigrar, mas de forma livre, e não de modo “forçado”. “Todos aqueles que têm responsabilidades sociais e políticas deverão repensar todo este problema. Emigrar pode ser um direito, agora de forma forçada é outra coisa e por vezes quando menos esperam”, venceu o prelado.

“A emigração é um tema atual na nossa realidade, no território do Nordeste Transmontano tal como aconteceu nas décadas de 60 e 70 do século XX. É certo que as atuais gerações estão

mais preparadas para o fenómeno da emigração” enfatizou o bispo diocesano.

Contudo, e para tentar contrariar a tendência de desertificação criada pela emigração, José Cordeiro, avançou que o distrito de Bragança tem 1% de imigrantes vindos, principalmente, de países da Europa de Leste que vêm para o território essencialmente para trabalhar na lavoura. “Em alguns concelhos do sul do distrito de Bragança, já temos uma presença significativa destas pessoas que escolheram este território para trabalhar e até mesmo para viver” observou.

O bispo diocesano lembrou que quando fez a visita pastoral ao concelho de Alfândega da Fé constatou que 20% dos alunos do primeiro ciclo eram de origem búlgara e de outras nacionalidades do Leste Europeu.

O clérigo aponta ainda como exemplo os cerca de dois mil alunos estrangeiros que estudam no Instituto Politécnico de Bragança (IPB).

Quanto aos migrantes que veem de territórios em conflito, algumas instituições de solidariedade social do distrito de Bragança já haviam demonstrado disponibilidade para os acolher,



ao abrigo de protocolos com plataforma humanitárias nacionais e internacionais.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

CONTABILIDADE ESNL

ORDENADOS

IMOBILIZADO ESNL

UTENTES IPSS

MÓDULO ORÇAMENTOS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

UNIDADES DE SAÚDE

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL NOVO

GESTÃO DE IMÓVEIS

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA SOCIAL

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

t(m. [+351] 939 729 729
t(f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

WWW.TSR.PT **tsr@tsr.pt** **facebook/tsrsi**

NATALIDADE

O problema não se resolve com prémios de mil euros por nascimento

O presidente do Conselho Económico e Social (CES), António Correia de Campos, disse que não é com medidas avulso como a atribuição de mil euros por cada nascimento que se revolve o problema da quebra da natalidade. “Estar a fazer uma política aqui e outra ali, prometer pagar mil euros por cada criança que nasça e depois não os pagar, não tem sentido nenhum e mesmo que isso tivesse ido para a frente, acabava por não resolver o problema”, considerou.

Correia de Campos fazia um balanço no final da Conferência “Desafios Demográficos: A Natalidade” organizada pelo Conselho Económico e Social (CES) no Porto.

O antigo ministro da Saúde defendeu que “num fenómeno de longa duração nunca se pode falar de medidas urgentes, sobretudo medidas tipo adesivo curativo”, mas sim de políticas integradas que permitam, por exemplo, nos grandes centros urbanos facilitar a locomoção de casa para o mercado de trabalho e a conciliação dos tempos, e nos meios rurais, políticas de desenvolvimento que permitam atrair população.

O presidente do CES, que acredita que a integração das políticas é a única solução, mostrou-se ainda surpreendido com o consenso alargado sobre o tema da natalidade, nomeadamente por parte dos empregadores que não colocaram objeções em relação à criação de benefícios sociais e até à compatibilização dos horários.

“Encontramos da parte dos parceiros sociais uma grande sensibilidade sobre estas questões, o que é importante para a tal aculturação se necessária. Se ela não se fizer, está tudo na lei, mas tudo fica na mesma”, afirmou.

Correia de Campos defendeu ainda que a crise abriu uma janela de oportunidade sobre este tema e comparou a vinda da troika para Portugal ao terramoto de 1755.

“Nunca teria havia um desenvolvimento do urbanismo em Portugal se não fosse o terramoto de 1755, que abriu novas perspetivas de construção. Se não fosse a crise, provavelmente não estaríamos, provavelmente, a olhar com tanta profundidade para as questões demográficas e sobretudo para os aspetos da natalidade”, considerou.

Para Correia de Campos, apesar de a natalidade ser uma decisão íntima do casal, esta “pode ser incentivada ou reprimida pelas políticas públicas”, pelo que é preciso alinhar estas decisões com a vontade dos casais de ter mais do que um filho.

Segundo o estudo elaborado pelo Laboratório de Demografia da Universidade de Évora apresentado no Porto, Portugal perdeu entre 13 mil e 19 mil nascimentos com a emigração verificada no país, entre 2011 e 2015, altura em que o país este sob assistência financeira.



NÃO BASTA LEGISLAR

Um grupo de especialistas defendeu que não basta legislar para travar a queda da natalidade e que as orientações estratégicas não se devem limitar ao plano nacional, mas sim adaptar-se às especificidades regionais e setoriais.

Maria João Valente Rosa, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que ficou encarregada das recomendações saídas da Conferência “Desafios Demográficos: A Natalidade”, organizada pelo Conselho Económico e Social, no Porto, defendeu que “legislar é muito importante, mas pode não ser suficiente, pois as mentalidades não se mudam por decreto”.

A natalidade não é um assunto do exclusivo interesse das mulheres, mas de todos os cidadãos e, por isso, “as orientações estratégicas não se devem limitar ao plano nacional, pois o pragmatismo pode exigir significar diferentes traduções de uma mesma orientação estratégica, de acordo com especificidades regionais, setoriais ou empresariais”, acrescentou.

Para a docente, “por mais bem-sucedida que seja a política de promoção da natalidade, esta dificilmente terá efeitos imediatos, nomeadamente em razão do efeito estrutural da redução da dimensão das gerações de mulheres que vão chegando ao período fértil”.

Porém, o facto de os resultados não serem imediatos, “não deve abrir terreno para hesitações, sendo essencial a promoção de estratégias de médio e longo prazo coerentes, e não políticas de ziguezague ou medidas avulsas”, frisou.

Maria João Valente Rosa lembrou que “nunca se nasceu tão pouco em Portugal como

atualmente”. “Desde 2012 que o número de nascimentos em Portugal é inferior a 90 mil por ano, enquanto que, por exemplo, nos anos 60 esse número era superior a 200 mil ano”, observou.

Segundo a docente, “ficou clara a acentuada diminuição da fecundidade nas últimas décadas, que atravessa todo o território nacional, a qual resultou, num primeiro momento, da contração do número de filhos tidos e, num segundo momento, do retardar do projeto de maternidade e do maior espaçamento entre o nascimento do primeiro filho e dos seguintes”.

Assinalando “a escola, o trabalho ou a vida nas cidades podem ser bons aliados da natalidade e que o bem-estar social e económico são fatores preditores do aumento dos níveis de fecundidade”, Maria João Valente Rosa observou por exemplo, que as regiões de Portugal com menor poder de compra são também as que revelam níveis de fecundidade menores”.

Apesar de uma ligeira recuperação, os níveis de fecundidade no país persistem muito baixos - 1,37 filhos por mulher em 2017, quando a média da União Europeia é de 1,6 -, colocando Portugal como um dos países com mais baixos níveis de fecundidade da Europa.

Quanto ao futuro, a docente, assumiu que “ficou claro que os níveis de fecundidade não regressarão a valores tão elevados quanto os observados no passado, ou seja, que não é previsível que, no futuro, Portugal regresse a níveis de fecundidade iguais ou superiores a 2,1 filhos por mulher”.

Contudo, e mesmo que os níveis de fecundidade aumentem, pelo menos a médio prazo, a população de Portugal não deixará de envelhecer.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



REFORMA DA ZONA EURO

A União Bancária: o que está feito e o que falta fazer

A unificação bancária (UB) é essencial à sobrevivência da zona euro.

Alguns passos já foram dados - supervisão comum, fundo e regras de resolução comuns. Outros foram encaminhados na cimeira de Junho de 2018, nomeadamente o início do processo que haverá de levar a um seguro comum dos depósitos e colocar o ESM (Mecanismo Europeu de Estabilidade) a respaldar, se necessário, o fundo de resolução bancária comum.

A questão do seguro comum europeu dos depósitos é um tema complexo e que tem estado tolhido pela usual intransigência alemã. A Alemanha tem receio que sejam sempre os mesmos a usar o fundo e sempre os mesmos a contribuir. Isto é, se os países do sul são mais propensos a crises bancárias, corre-se o risco de criar, através da mutualização do seguro dos depósitos, pela porta das traseiras, um sistema de transferências permanentes entre países membros da UEM. E isso está fora de questão!

Aparte a gabarolice alemã - que também tem problemas sérios no seu sistema bancário - a verdade é que o receio existe e não o podemos ignorar.

A questão está em saber se existem meios de satisfazer a ansiedade germânica sem comprometer o essencial do sistema comum de seguro.

Existem e até são simples. A indústria dos seguros diz-nos como se deve fazer.

Desde logo os “prémios” para o seguro comum dos depósitos não têm de ser iguais para todos. Os países com maior risco podem pagar prémios maiores. Por exemplo, países com maiores sistemas falimentares menos eficientes e, portanto, onde as dívidas aos bancos são mais difíceis de cobrar, pagarão prémios maiores.

Por outro lado, é sempre possível conceber o sistema em “fatias”, por exemplo, um nível nacional e um nível comum. A fatia nacional responderá sempre em primeira linha e a fatia comum só seria chamada a intervir em caso de catástrofe.

É possível quadrar o círculo! É possível construir um sistema de incentivos devidamente alinhado e satisfazer a ansiedade germânica!

Contudo, mesmo que seja possível mutualizar o seguro dos depósitos ainda ficamos curtos - é necessário reduzir a propensão dos bancos a acumular dívida soberana do seu país.

Aqui o ponto é encontrar formas de alterar o sistema de incentivos sem desestabilizar os bancos ou os juros da dívida pública.

Se, por exemplo, de repente, a dívida pública passasse a contar para as necessidades de capital, os bancos que não quisessem (ou não pudessem) aumentar capital poderiam inundar os mercados de títulos e fazer baixar o seu preço

ou, o que é o mesmo, subir os juros.

A alternativa seria penalizar apenas a concentração da dívida em dívida nacional. Por exemplo, poderia manter-se genericamente o peso de zero da dívida pública, contudo, introduzir-se uma carga de capital derivada da excessiva concentração por país emissor. Essa carga de concentração levaria os bancos a diversificar os seus portfólios de dívida pública com menos peso do soberano local e mais peso de soberanos estrangeiros.

Provavelmente este processo requer um longo período de tempo, ou seja, uma eventual carga por concentração teria de começar por baixo e evoluir lentamente.

Mais fácil (e rápido) seria criar um ativo seguro e líquido que não dependa da dívida soberana de cada país.

Excluídas que estão as eurobonds por muitos e bons anos resta-nos a solução do sucedâneo.

A ideia seria criar um produto financeiro, respaldado por dívida soberana de todos os países da UEM, mas que não é responsabilidade direta de nenhum país da UEM.

Na prática temos uma carteira de dívida soberana direta dispersa pelos diferentes países, continuando cada um a ser responsável a 100% pela dívida que emite. Sobre essa carteira, são emitidos títulos que são alimentados pelo dinheiro gerado pela carteira base.

O que é que acontece se, porventura, um dos estados entrar em dificuldades e sua dívida desvalorizar?

Em verdade toda a carteira desvaloriza e, conseqüentemente, os títulos emitidos sobre a carteira também. Em suma, não resolvemos nada.

Bom... há um pequeno truque! Dividimos os títulos emitidos sobre a carteira em duas fatias - uma júnior e outra sénior. A primeira absorve todas as perdas, a segunda só absorve perdas numa situação de catástrofe totalmente imprevisível. Os títulos da segunda camada são tão sólidos como a mais segura da dívida soberana nacional (alemã, por exemplo) e podem servir para os bancos como ativos absolutamente seguros.

O truque pode parecer interessante, mas há quem conteste a bondade da solução.

Se a tranche júnior for demasiado pequena não é fácil garantir a robustez da camada superior e, nesse caso, não temos ativo à prova de bala.

Se a tranche júnior for demasiado grande então podemos ter uma fatia sénior verdadeiramente segura, mas o volume pode ser pequeno em função da procura.

Por outro lado, é necessário pensar na

robustez do sistema debaixo de stress elevado.

Numa situação de stress elevado haverá sempre a fuga para ativos de refúgio, provavelmente uma debandada da camada júnior.

Na verdade, podemos acabar numa situação em que os spreads entre países seguros e países frágeis acabem por se alargar em vez de diminuir e da escassez de ativos seguros ficar ainda mais aguda.

Creio que este é um tema que precisa de maior análise. Em todo o caso, por aqui ou por outra vereda, é necessário construir ativos seguros fora da dívida pública nacional.

Há quem defenda que o ativo seguro supranacional já existe - são os 2,3 triliões de euros de títulos que o BCE acumulou desde que começou a comprar dívida (no essencial soberana) como forma de injetar liquidez extra nas economias.

Pode ser uma boa base de trabalho.

No entanto, no dia que tivermos em comum a supervisão, as regras e fundo de resolução bancária, o seguro de depósitos e ativos seguros partilhados, não teremos a UB completa.

Na verdade, só estará completa no dia em que o essencial do negócio bancário for “desnacionalizado”, ou seja, no dia em que o negócio bancário europeu for dominado por grandes bancos transnacionais ficando eventualmente alguns pequenos bancos locais com quotas de mercado residuais ou em negócios especializados.

Também aqui a Europa enfrenta uma tarefa gigantesca. A Europa tem bancos a mais. Dos cerca de 6.600 bancos que atualmente existem na Europa (eram quase 9.000 em 2008) não restarão mais que duas ou três dezenas de grandes bancos transeuropeus e uma miríade de pequenos bancos locais cuja resolução, se necessária, será simples e breve.

Nos Estados Unidos, uma economia de dimensão similar à EU 28, existem menos de 5.000 bancos (eram quase 15.000 nos anos 80) mas, desses, menos de 20 são considerados sistemicamente relevantes e merecem supervisão reforçada da FED e regras regulatórias mais exigentes.

A “desnacionalização” do negócio bancário será um processo lento - coisa para uma geração - contudo, indispensável se queremos mesmo ter uma moeda comum sustentável.

Mas mesmo uma UB completa seria insuficiente - seria necessário também integrar o mercado de capitais. Fica para outro dia.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

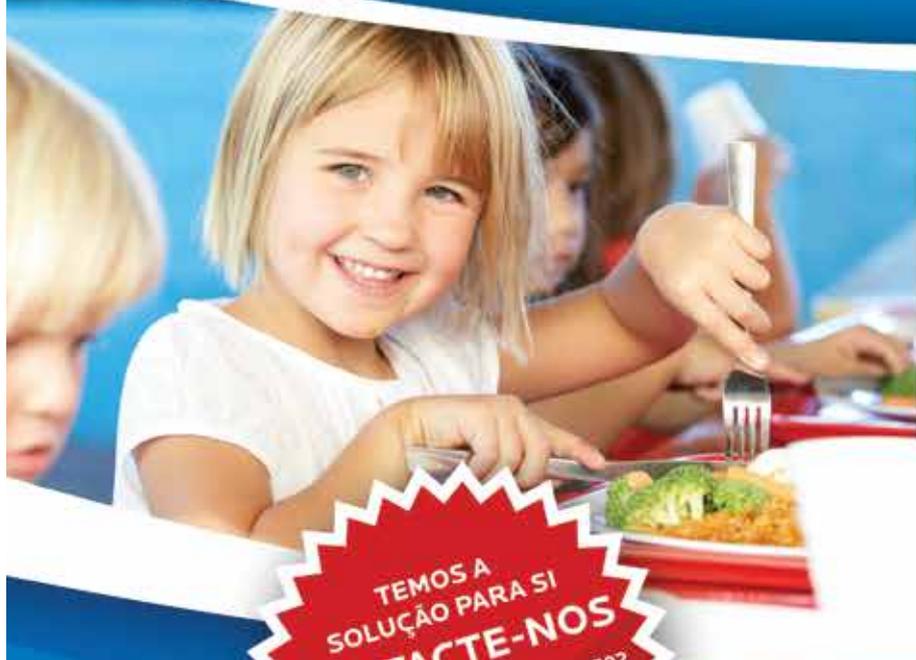
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Contigo atravesso o deserto...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braucamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

DESAPARECIMENTO FORÇADO

Milhares de pessoas desaparecem todos os anos

Todos os anos, numerosas pessoas desaparecem no mundo no seguimento de conflitos armados, desastres naturais, fluxos migratórios, crime organizado ou de circunstâncias misteriosas, casos recordados anualmente no Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados.

Em termos globais, não se sabe exatamente quantas pessoas estão desaparecidas no mundo, mas várias entidades internacionais, como o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Comissão Internacional de Pessoas Desaparecidas (ICMP, na sigla em inglês) ou a Amnistia Internacional, estimam que os casos ultrapassem pelo menos as centenas de milhares.

De dissidentes detidos a combatentes desaparecidos em ação, passando por migrantes ou por crianças desaparecidas em circunstâncias por esclarecer, o Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados, assinalado desde 2011, a 30 de Agosto, pretende recordar todos estes casos, muitos dos quais perduram há vários anos, até mesmo décadas.

“O desaparecimento forçado tem sido frequentemente utilizado como estratégia para espalhar o terror no seio da sociedade. O sentimento de insegurança gerado por esta prática não se limita aos familiares mais próximos dos desaparecidos, mas também afeta as respetivas comunidades e a sociedade como um todo”, referem as Nações Unidas, que salientam que o desaparecimento forçado se tornou “um problema global” e que “não está restrito a uma região específica do mundo”.

“Outrora um produto amplamente associado a ditaduras militares, os desaparecimentos forçados podem ser hoje perpetrados em situações complexas de conflitos internos, especialmente como meio de repressão política dos opositores”, afirma a organização internacional na sua página na Internet, indicando ser necessário ter uma atenção especial em relação a grupos

considerados como especialmente vulneráveis, como crianças e pessoas com deficiência.

No atual panorama mundial dos desaparecimentos forçados, o conflito civil na Síria, iniciado em março de 2011, é um dos muitos casos mencionados.

A organização não-governamental Syrian Network For Human Rights estima a ocorrência de pelo menos 81.652 casos de desaparecimentos forçados no território sírio entre março de 2011 e o corrente mês.

Segundo a organização, estas pessoas desapareceram às mãos do Governo sírio, liderado pelo Presidente Bashar al-Assad.

Em agosto de 2017, a Amnistia Internacional referia que mais de 2.000 pessoas tinham desaparecido na Síria após terem sido levadas por grupos armados da oposição síria e pelo grupo extremista Estado Islâmico, também presente naquele território.

O drama humanitário dos refugiados da minoria muçulmana rohingya, que fugiram para o Bangladesh na sequência de uma campanha de repressão por parte do exército de Myanmar (antiga Birmânia), é outro dos casos mencionados por várias organizações.

De acordo com um relatório dos parlamentares da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) pelos Direitos Humanos, mais de 43 mil pais rohingya estão dados como desaparecidos e cerca de 28.300 crianças rohingya tornaram-se órfãs.

A crise migratória na Europa é outra situação que tem exponenciado o número global de

pessoas desaparecidas.

À procura de uma entrada para a Europa e de uma vida com melhores condições, milhares de pessoas têm utilizado nos últimos anos as várias rotas migratórias do mar Mediterrâneo, travessias feitas em condições muito precárias e sem segurança.

No início de agosto, dados fornecidos pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) indicavam que mais de 1.500 refugiados e migrantes tinham morrido ou desaparecido durante os primeiros sete meses do ano corrente quando tentavam atravessar o mar Mediterrâneo e chegar à Europa.

Em abril passado, o CICV recordou outra situação que se prolonga há quase duas décadas.

Dezanove anos depois do conflito do Kosovo, a organização afirmou que mais de 1.600 pessoas permanecem desaparecidas.

Em Portugal, a Polícia Judiciária tem registadas 33 pessoas desaparecidas.

Entre os casos que ainda não foram resolvidos está Rui Pedro, que em março de 1998 desapareceu da Lousada quando tinha 11 anos, e a inglesa Madeleine (Maddie) McCann, que desapareceu na praia da Luz, no Algarve, em maio de 2007.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL